

19 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

O CNJ e as associações de juizes

As entidades da magistratura voltaram a entrar em rota de colisão com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta vez o motivo é a revisão da Resolução n.º 70. Baixada em 2009, ela instituiu o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, permitindo a participação de juizes de primeira e de segunda instâncias – indicados por associações de classe – na elaboração das propostas orçamentárias de seus tribunais.

Mas a revisão da Resolução n.º 70 foi revista há dois meses, suprimindo-se o dispositivo que previa aquela participação dos juizes. Isso levou a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) a divulgar uma contundente nota de protesto, acusando o CNJ de ter agido de forma “discricionária, antidemocrática, ultrajante e antiassociativa”, ferindo assim “as legítimas representações da magistratura”.

Na nota, os presidentes da AMB, da Ajufe e da Anamatra também pedem que o CNJ “reflúa dessa medida discriminatória”, reconhecendo as entidades da magistratura como parceiras nas decisões relativas “às questões estruturais do Poder Judiciário”. Alegam, ainda, que as propostas apresentadas por essas entidades para a “valorização da jurisdição de 1.º e 2.º

graus” e “reorientação do orçamento” têm sido rejeitadas pelo CNJ.

As disputas corporativas envolvendo a gestão administrativa e financeira das diferentes instâncias e braços especializados do Judiciário não são novas. Problemas semelhantes também têm ocorrido na relação entre os Poderes Executivo e Judiciário.

Os tribunais sempre reivindicaram autonomia em matéria orçamentária. Seus presidentes entendem que são livres para definir gastos e investimentos e que o Executivo teria a obrigação de repassar integralmente os recursos pedidos. Alegando que os Poderes são independentes, mas que o cofre é um só e a responsabilidade sobre o que dele sai e entra é das autoridades fazendárias, o Executivo defende a definição prévia, no orçamento, de um percentual a ser destinado ao Judiciário. Também insiste na profissionalização da administração e na elaboração mais racional das propostas orçamentárias dos tribunais, com a justificativa de cada uma de suas despesas. E critica os gastos da Justiça com a construção de prédios suntuosos, contratações indiscriminadas de servidores e criação de vantagens pecuniárias para burlar o teto salarial fixado pela Constituição para o funcionalismo.

As lideranças dos diferentes setores da magistratura classificam essas pressões como “antirrepublicanas”, acusando o Executivo de ferir o princípio da independência dos Poderes.

Também alegam que, na configuração atual, o CNJ teria sido dominado por conselheiros insensíveis às propostas de modernização do Poder Judiciário. “As associações foram surpreendidas pela posição ideológica majoritária no CNJ”, impedindo a “superação dos entraves democráticos que ainda marcam a cultura da gestão judiciária”, diz a nota da AMB, da Ajufe e da Anamatra.

Entre as decisões centralizadoras que o CNJ teria tomado depois da revisão da Resolução n.º 70, segundo essas entidades, estão as Resoluções 193, 194 e 195. A primeira determina a padronização das carteiras de identidade funcional dos juizes, proibindo distinção de cor e exigindo que documentos de presidente, vice-presidente e corregedores de tribunais mencionem expressamente a data do término de seus mandatos. A segunda resolução institui a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, onde estão 90% dos processos em tramitação no Judiciário. A terceira resolução trata da distribuição do orçamento nos órgãos da primeira e da segunda instâncias.

As iniciativas do CNJ têm por objetivo tornar mais racionais as decisões do Judiciário, em matéria de orçamento e gestão de pessoal. Já os interesses das entidades da magistratura, por mais legítimos que sejam, destacam-se pelo corporativismo, como se depreende de sua oposição às Resoluções 193, 194 e 195.

19 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça torna réus Parreira e ex-auxiliares de Anastasia

Ação por improbidade questiona contratação de treinador e empresa de consultoria; secretário e ex-secretário são acusados

Marcelo Portela

BELO HORIZONTE

A Justiça de Minas Gerais acautou ação e transformou em réu o ex-coordenador técnico da seleção brasileira Carlos Alberto Parreira, além do ex-secretário extraordinário da Copa em Minas Gerais, Sérgio Barroso, e o atual secretário de Turismo e Esportes do Estado, Tiago Lacerda, que sucedeu a Barroso na extinta Secopa.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Estadual por causa do contrato firmado entre o governo mineiro, o treinador e a empresa Alfa Consultoria Esportiva, assinado em abril de 2012, durante a gestão do ex-governador Antonio Anastasia (PSDB) – hoje candidato ao Senado e ex-coordenador do programa de governo do presidenciável tucano, senador Aécio Neves (MG). O objetivo do contrato, de R\$ 1,2 milhão, era atrair para o Estado seleções que vieram ao Brasil disputar a Copa do Mundo.

Lacerda é filho do prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, do PSB. Apesar de ser do partido de Eduardo Campos, candidato à Presidência, o prefeito é aliado de Aécio.

Pelo acordo, Parreira atuaria

como uma espécie de “embaixador” para divulgar o Estado no exterior, além de prestar consultoria a 19 municípios interessados em servir de base para seleções estrangeiras no Mundial. Ele, porém, abandonou a função sete meses depois de assinar o contrato, ao ser chamado pela Confederação Brasileira de Futebol para ser coordenador técnico – cargo do qual foi dispensado após o término da Copa do Mundo no Brasil.

Para os promotores, a contratação de Parreira caracterizou improbidade administrativa porque foi feita sem licitação – a justificativa do governo foi de “notória especialização”. Além disso, a ação civil pública aponta irregularidade na rescisão “amigável” do contrato (em novembro de 2012), na qual o Estado pagou R\$ 279 mil a Parreira.

Devolução. A Promotoria afirma que o Estado deveria exigir a devolução do dinheiro pago a Parreira, já que ele não cumpriu o contrato, que previa a entrega de dez “produtos”, entre os quais relatórios sobre as 19 cidades mineiras e de cinco “tours internacionais” para contatos com confederações de futebol.

Entre as medidas solicitadas à Justiça está o bloqueio de bens dos envolvidos.

O governo mineiro, por meio de sua assessoria, informou que não havia sido notificado sobre a ação. Parreira não foi localizado. Na Alfa Consultoria ninguém atendeu ontem o telefone.

19 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça decreta prisão preventiva de 23 manifestantes

● No mesmo dia em que o desembargador Siro Darlan, da 7.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, concedeu habeas corpus aos cinco manifestantes que permaneciam presos temporariamente desde sábado, o juiz Flávio Itabaiana, da 27.^a Vara Criminal, determinou ontem a prisão preventiva de 21 pessoas, entre elas três das que seriam beneficiadas pela decisão do desembargador.

São elas Elisa de Quadros Pinto Sanzi, a Sininho, Igor Pereira D'Icarahy e Camila Aparecida Rodrigues Jourdan, que é coordenadora do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Uerj. No último sábado, véspera da final da Copa do Mundo, Itabaiana emitiu 26 mandados de prisão contra manifestantes, dos quais 17 foram cumpridos. Darlan já havia libertado 12 desses ativistas na terça-feira. As prisões foram repudiadas por entidades como OAB-RJ, Anistia Internacional e Juízes para a Democracia. / FELIPE WERNECK e FÁBIO GRELLET

Tenda obtém liminar e deixa 'lista suja' do MTE

A construtora Tenda informou ontem que conseguiu uma liminar no Superior Tribunal de Justiça para ter seu nome retirado do Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e do Emprego. A "lista suja" do MTE refere-se ao cadastro de empresas acusadas de manter empregados em condição semelhante à escravidão. A empresa disse que adota regras rígidas para coibir desrespeitos aos direitos trabalhistas. A construtora foi incluída no cadastro na última atualização, realizada em 1º de julho.

O ESTADO DE S. PAULO

CELSO MING

20 JUL 2014

Decida aí, seu juiz

Mais vale um mau acordo do que uma boa briga. Esse velho princípio de sabedoria popular é ignorado e desafiado no Brasil para prejuízo das partes envolvidas quando se trata de questões trabalhistas. Nos cinco primeiros meses deste ano, a Justiça do Trabalho recebeu mais de 1,4 milhão de ações. Em 2013, foram 3,6 milhões (veja o gráfico).

“Não conheço outro caso no mundo que prestigie tanto o processo judicial. O caminho não pode ser esse. É preciso valorizar o contrato e a negociação direta entre as partes”, diz o ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Almir Pazzianotto.

No estudo *A dimensão econômica das decisões judiciais*, os professores André Portela e Eduardo Zylberstajn, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alertam não só para a escalada das despesas processuais, mas também para o chamado “passivo oculto”, que se refere aos custos enfrentados pelas empresas em consequência da insegurança jurídica associada à barafunda das leis trabalhistas.

“Vigora no Brasil a cultura da solução conflituosa. Mesmo os empregadores que cumprem a lei correm o risco de enfrentar processos, porque as regras do jogo podem mudar”, afirma Zylberstajn.

Como exemplo, ele citou a Lei 12.506, que regulamenta as condições do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. A partir da sua aprovação em 2011, ficou determinado que o aviso prévio seria de 30 dias para quem tivesse até um ano de empresa, acrescidos de três dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 90 dias. Antes, independentemente do tempo de serviço, o aviso prévio era de 30 dias. “Uma empresa que contratou um funcionário há 20 anos não poderia ter planejado esse passivo”, diz.

Não são apenas os legisladores que mudam as coisas. Criam novidades de todo tipo também as súmulas vinculantes editadas pelo TST, a fim de definir parâmetros para instâncias inferiores. Nos últimos cinco anos, foram aprovadas 35 súmulas, 11 delas apenas em 2014.

É uma surpresa atrás da outra. “A desindustrialização do País e a questão trabalhista estão ligadas. O capital precisa de regras claras. As empresas começam a ter medo de empregar e isso prejudica o trabalhador”, adverte Pazzianotto.

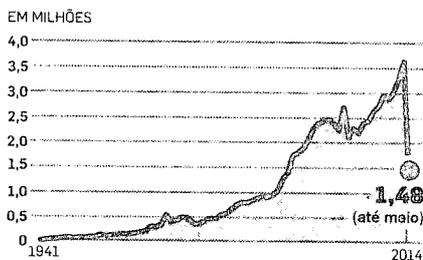
Paulo Sérgio João, professor de Direito do Trabalho da FGV, critica a desvalorização pela Justiça das negociações entre as partes. “As cláusulas contratuais podem ser reinterpretadas com base numa legislação historicamente protecionista”, afirma. Entre janeiro e maio de 2014, o TST recebeu 156 mil processos, volume 58 vezes maior do que o número de ações recebidas pelo Tribunal Federal do Trabalho na Alemanha em 2013.

Com a ressalva de que não cabe comparar países culturalmente tão distintos, Pazzianotto avisa que a escalada de processos trabalhistas mostra que o Brasil está no caminho errado. É uma conclusão quase consensual e, no entanto, se há assunto que os candidatos querem evitar nos debates eleitorais é o de reforma nas leis trabalhistas. / COLABORARAM

DANIELLE VILLELA E LAURA MAIA

ESCALADA

Processos recebidos pela Justiça do Trabalho



FONTE: TST

INFOGRAFICO/ESTADÃO

20 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Postalís briga na Justiça por R\$ 335 mi

Devedoras alegam não ter recebido todo o dinheiro cobrado pelo fundo de pensão

Josette Goulart

Desde o ano passado, o fundo de pensão dos funcionários dos Correios (Postalís) vêm promovendo uma série de execuções de dívidas na Justiça paulista no valor total de R\$ 335,5 milhões. O valor representa quase 6% do patrimônio do fundo e pode não ter fácil recuperação. Isso porque algumas das sete empresas que estão sendo acionadas judicialmente alegam que não receberam a totalidade dos recursos e que, portanto, o fundo estaria inflando a conta. Outras alegam simulação de contratos de compra e venda e desvio de recursos.

Em 2013, de acordo com o balanço anual do fundo, foram reconhecidas perdas de R\$ 150 milhões referentes às execuções das sete companhias, contribuindo significativamente para o déficit técnico do fundo, que chegou a quase R\$ 1 bilhão no ano passado. O restante do que está sendo cobrado nas ações de execução, segundo o Postalís, já foi provisionado em anos anteriores.

As perdas com títulos de crédito – bancário, imobiliário ou agrário – têm sido recorrentes entre os fundos de pensão. Muitos desses títulos são de empréstimos concedidos por bancos

de médio porte a empresas pouco conhecidas no mercado, ou na intermediação de contratos imobiliários ou de produção agrícola. Mais tarde, os títulos com lastro nestas operações são comprados pelas fundações, mediante um retorno mensal.

As perdas do Postalís com estes tipos de títulos envolveram companhias como a Laima Participações, que controla empresa de distribuição de combustíveis, ou como a Paiva Agricultura e Company, ambas do setor agrícola e que operam na cidade de Primavera do Leste, no Mato Grosso. Há ainda nomes como Somopar, do setor moveleiro do Paraná. Outro caso que envolve o Postalís é o da PróSaúde, cujo crédito foi gerado pelo banco BVA, que está em processo de liquidação judicial e que deixou prejuízo bilionário entre seus credores e fundos que compraram os créditos gerados no banco.

Entre as maiores execuções de dívida promovidas pelo Postalís está a da Laima Participações, que controlava a Petrosul Distribuidora de Combustíveis. No processo judicial, a companhia se defende, alegando não ter recebido a totalidade dos R\$ 64 milhões que o Postalís afirma ter desembolsado pa-

PARA LEMBRAR

O Postalís admite em processo judicial que pode perder outros R\$ 375 milhões que estão aplicados em um fundo de investimentos, que é acusado de ter aplicado o dinheiro da fundação no exterior em títulos de baixa qualidade de crédito, como revelou o *Estado* na edição do dia 22 de junho. Assim, em poucos anos, o fundo pode acumular prejuízos que representam quase 15% de seu patrimônio por aplicações erradas.

ra a empresa. No total, somando multas e juros, o fundo cobra R\$ 92 milhões.

O Postalís disse, por meio de nota, entretanto, que “a Laima assinou todos os documentos da operação, dos quais consta o pagamento do valor total pelo Postalís”.

Simulação. Algumas empresas, além de alegarem que não receberam a totalidade dos recursos que estão cobrados na Justiça, acusam ainda o Postalís de ter simulado operações. É o caso da Paiva Agricultura que está sendo cobrada em R\$ 29 milhões.

De acordo com o processo, a Paiva alega que o Postalís simulou contrato de compra e venda de créditos, por meio de um título conhecido como Cédula do Produtor Rural (CPR), de outras duas empresas como condição para que o dinheiro fosse liberado. Em dificuldades, a empresa teria aceitado o negócio, quitando dívidas das empresas Company e WS. O Postalís alega no processo que somente o fato de a própria Paiva ter assinado o acordo já descartaria a simulação.

CONTINUA

20 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Company, por sua vez, tem dois processos que lhe cobram R\$ 63 milhões. As duas empresas estão localizadas em Primavera do Leste e as CPRs foram emitidas pelo Banco Paulista, que pertence ao grupo Socopa.

Imobiliário. Saindo de Mato Grosso e chegando ao Paraná, a Somopar, do setor moveleiro, também foi acionada. No processo, a companhia alega que o contrato de locação que gerou os títulos adquiridos pelo Postalis a colocou indevidamente como devedora. Além disso, alega que o valor que recebeu foi bem inferior ao que está na cédula e questiona o fato de que parte dos R\$ 20 milhões liberados teriam sido transferidos para conta desconhecida. O Postalis alega que a empresa assinou todos os contratos da operação.

20 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

18 dos 23 ativistas com prisão preventiva decretada no Rio fogem; 2 são libertados

Um dia depois de a Justiça decretar a prisão preventiva de 23 ativistas envolvidos em manifestações de rua, acusados de formação de quadrilha, 18 deles já são considerados foragidos. Os cinco mandados cumpridos são de militantes que já estavam presos: Elisa de Quadros Pinto Sanzi, a Sininho, Igor Pereira D'Icarahy e Camila Aparecida Rodrigues Jordan, além dos dois acusados de matar o cinegrafista Santiago Andrade: Fábio Raposo Barbosa e Caio Silva Rangel.

Dois ativistas presos temporariamente e que tiveram suas ordens de prisão revogadas foram libertados ontem.

Na mesma decisão que determinou a prisão preventiva dos 23 ativistas, o juiz da 27.ª Vara Criminal do Rio, Flávio Itabaiana, revogou a prisão de Tiago Teixeira Neves da Rocha e de Eduarda Oliveira Castro de Souza.

A ONG Justiça Global classificou as prisões como "arbitrárias" e pede ajuda do governo federal.

19 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Justiça concede reintegração de posse à Araupel

CASCADEL

Luiz Carlos da Cruz,
especial para a Gazeta do Povo

Poucas horas depois da ocupação de parte da área de reflorestamento da empresa de produtos de madeira Araupel, em Rio Bonito do Iguçu, na quinta-feira, a Justiça concedeu reintegração de posse à empresa. A liminar foi expedida pela juíza Luciana Luchtenberg Torres Dagostim, da Comarca de Laranjeiras do Sul, e pede que as polícias Civil e Militar sejam oficiadas da decisão. Até o fechamento desta edição, os sem-terra permanecem no local.

Dois encontros com representantes do governo estadual e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aconteceram, mas até o momento não houve avanços sobre uma possível desocupação pacífica. Na manhã de ontem, o MST propôs que o grupo permaneça no local ocupado sem prejudicar o andamento dos trabalhos da empresa. Eles liberariam os maquinários que estão parados para que a Araupel pudesse trabalhar normalmente. O Incra defende a mesma proposta.

Conforme o tenente-coronel Eudes Camilo da Cruz, comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM) em Cascavel, a proposta seria repassada à empresa na tarde desta sexta-feira. Caso a Araupel aceite o acordo, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será assinado com anuência do

Ministério Público. A empresa ainda não se manifestou sobre a proposta do MST e uma reunião para tentar por fim ao impasse foi marcada para a próxima quarta-feira no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília.

Segundo a polícia, cerca de mil pessoas estão na área invadida e outras 2 mil no entorno. A empresa informou que, com base nos registros fotográficos aéreos feitos pela Polícia Militar, a área invadida corresponde a 206 hectares de área plantada com pinus.

De acordo com o comandante do 6º BPM, quem decidirá sobre a reintegração de posse é a Secretaria de Segurança Pública do Paraná. "Estamos mantendo o policiamento na ponte do Rio das Cobras e na entrada da sede da empresa para manter a ordem e garantir a segurança", disse o oficial.

Incra

De acordo com o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, o órgão já havia feito um cadastro com o objetivo de pré-selecionar as famílias sem-terra que montaram o acampamento ainda em maio nas proximidades da Araupel. "Do ponto de vista do Incra a recomendação é pela não ocupação, a gente até entende que é um instrumento de luta, mas recomenda que tudo seja feito pelas vias legais", afirmou.

O prefeito de Rio Bonito do Iguçu, Irio de Rosso (PMDB), defendeu os integrantes do MST e disse que o grupo está buscando um espaço para trabalhar. "Não estou preocupado com um conflito, porque eles são ordeiros, eu estou preocupado com a saúde deles, com o clima, tem crianças e idosos juntos lá", afirmou.

1.000 SEM-TERRA

estão na área invadida, em Rio Bonito do Iguçu, e outros 2 mil no entorno, segundo a PM.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Requião nega ter incitado invasão

19 JUL 2014

■ Nesta sexta-feira, a assessoria do senador Roberto Requião negou que ele tenha incitado a invasão ao conceder entrevista a uma emissora de rádio local. Na entrevista, Requião questionou a legalidade de posse da empresa e sugeriu que a Araúpel invadiu a área na década de 1970. Segundo a assessoria, Requião é a favor do diálogo em questões de conflitos agrários.

O Incra também questiona a legalidade dos títulos de posse da Araúpel e move uma ação judicial que corre na Vara Federal em Cascavel para tornar nulos os documentos. Faz parte dessa disputa judicial a área que deu origem ao assentamento Celso Furtado — na qual o governo federal indenizou a empresa pelas benfeitorias, mas não pelo valor da terra nua, que está sob demanda judicial.

Conforme informou a assessoria de imprensa da Araúpel na quinta-feira, a empresa “elaborou um dossiê com documentos provenientes de cartórios públicos do Paraná contendo toda a cadeia sucessória do título dominial daquelas áreas, desde o tempo imperial até a compra de 1972. São documentos públicos”. Em informe publicado na imprensa, a Araúpel afirma possuir florestas próprias, adquiridas de forma legal, cultivadas com manejos sustentáveis e devidamente certificados, que se estendem por quatro municípios do Sudoeste do Paraná. Ainda conforme a nota, a Araúpel “acredita no direito constitucional brasileiro e buscará de todas as formas reaver sua propriedade privada para dar continuidade às atividades que não apenas a sustentam, mas que contribuem significativamente com a economia do estado do Paraná”.
(L.C.C.)

19 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Dezenove deputados do Paraná mais do que duplicam patrimônio no mandato



Pedro Lupion; aumento de 1989% nos bens.



Bernardo Carli; aumento de 469%.

Patrimônio de 19 deputados do PR cresce até 1.989%

Dezenove deputados estaduais e federais que disputam vagas na Assembleia Legislativa do Paraná e na Câmara Federal tiveram aumento no patrimônio entre 107% e 1.989% nos últimos quatro anos. O campeão é Pedro Lupion (DEM), que passou de R\$ 67 mil em 2010 para R\$ 1,4 milhão em 2014.

Dados sobre bens dos políticos estão disponíveis no Sistema de Divulgação de Candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral

Talita Boros Voitch,
especial para a Gazeta do Povo

Dezenove deputados estaduais e federais paranaenses que disputam vagas na Assembleia Legislativa do Paraná e na Câmara Federal neste ano mais do que duplicaram de patrimônio entre 2010 e 2014. Juntos, eles somam mais de R\$ 50 milhões em bens. O valor supera em 229% os cerca de R\$ 15 milhões declarados pelos mesmos políticos em 2010.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

19 JUL 2014

Os dados estão disponíveis no Sistema de Divulgação de Candidaturas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e levam em consideração as declarações de Imposto de Renda dos anos anteriores às eleições — no caso, 2009 e 2013.

Comparativamente, a variação de patrimônio dos deputados é muito superior à inflação acumulada no mesmo período. O IPCA, por exemplo, atingiu a marca 31,89%. O salário dos deputados estaduais é de R\$ 20 mil e o dos federais, de R\$ 26,7 mil.

Pedro Lupion (DEM) é o parlamentar que mais viu seu patrimônio crescer, com um aumento de 1989%. Pedro é de uma família tradicional na política paranaense, bisneto do ex-governador Moisés Lupion e filho do deputado federal Abelardo Lupion. Este foi seu primeiro mandato na Assembleia. Ele foi eleito com 37.304 votos, aos 27 anos.

Em segundo lugar, aparece o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) com 469% de aumento patrimonial. O deputado é irmão do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Bernardo está com a candidatura ameaçada já que o Ministério Público Federal (MPF) solicitou sua impugnação com base em uma condenação por captação ou gasto ilícito de recursos da campanha de 2010.

Em números absolutos, o deputado federal Leopoldo Meyer (PSB) é o que mais enriqueceu entre os que dobraram de patrimônio, com R\$ 8.848.204,87 a mais de

bens, seguido por Caíto Quintana (PMDB) com R\$ 6.360.288,36, e Plauto Miró (DEM) com R\$ 5.847.033,60.

O valor total dos bens dos deputados estaduais em 2010 era de R\$ 64.376.347,18, ante R\$ 71.726.576,67 declarados em 2014. De acordo com o levantamento feito pela Gazeta do Povo, isso representa um aumento de 11%. Os deputados federais somam R\$ 194.941.263,81 em bens em 2014. Na última eleição, o patrimônio chegava a R\$ 143.469.196, um aumento de 36%.

Imposto de renda

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná TRE-PR, a declaração de patrimônio dos candidatos segue os padrões do Imposto de Renda, da Receita Federal. Ao se candidatarem, os deputados têm a opção de atualizar o valor dos bens, mas a medida não é obrigatória. Por este motivo, a maioria dos candidatos opta em manter o valor original dos imóveis, terrenos, veículos e outros bens, normalmente bem abaixo do real de mercado.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

EVOLUÇÃO DE PATRIMÔNIO

GAZETA DO POVO

Comparação entre as declarações de bens, de 2010 e 2014, dos deputados que tentam a reeleição ou novo cargo.

19 JUL 2014

Quanto aumentou o patrimônio em % e em R\$



Quanto aumentou
1.989%
R\$ 1,3 milhões

Pedro Lupion (DEM)

2010: R\$ 67 mil – 2014: R\$ 1,4 milhão

Afirmou que era dependente dos pais e não tinha bens antes de se eleger.

Casou-se durante o mandato e financiou metade de um apartamento de R\$ 1 milhão (outra parte foi paga pela família) e dois automóveis.

Como justificou

- Rendimento de imóveis
- Questiona critérios do TSE (as declarações não especificam se o bem já foi quitado)
- Outra profissão ou atividade
- Não tinha bens em seu nome
- Evolução condiz com o salário parlamentar
- Não respondeu

Quanto aumentou
+439%
R\$ 251 mil



Adelino Ribeiro (PSL)

2010: R\$ 57 mil – 2014: R\$ 308 mil

Disse que o aumento de patrimônio condiz com os rendimentos da função como deputado.

Quanto aumentou
+469%
R\$ 377 mil



Bernardo Carli (PSDB)

2010: R\$ 81 mil – 2014: R\$ 458 mil

Afirmou que por ser solteiro e ainda morar com os pais tem poucos gastos fixos. Disse que o aumento do patrimônio é fruto do salário de deputado nestas condições.

Quanto aumentou
+399%
R\$ 296 mil



Leopoldo Meyer (PSB)

2010: R\$ 2,2 mi – 2014: R\$ 11 mi

Justificou o aumento de 409% de patrimônio à venda de um imóvel que era da esposa e disse que todos os bens do casal aparecem em sua declaração ao TSE.

Quanto aumentou
+409%
R\$ 8,9 milhões



Rosane Ferreira (PV)

2010: R\$ 74 mil – 2014: R\$ 370 mil

Informou que o aumento ocorreu porque começou a declarar bens no imposto de renda após ser questionada na eleição de 2006, quando todo o patrimônio família encontrava-se em nome do marido. A partir de então todos os novos bens foram comprados e declarados em seu nome.

Quanto aumentou
+274%
R\$ 611 mil

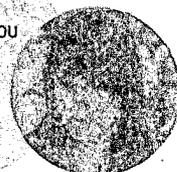


Tercílio Turini (PPS)

2010: R\$ 223 mil – 2014: R\$ 834 mil

Informou que todos os bens foram comprados com recursos da profissão de médico, no período anterior a janeiro de 2013, quando assumiu a vaga de César Silvestri Filho (PPS) na Alep.

Quanto aumentou
+231%
R\$ 552 mil



Douglas Fabricio (PPS)

2010: R\$ 168 mil – 2014: R\$ 589 mil

Informou, através de nota, que o número apontado não reflete o real aumento de seu patrimônio, já que parte do valor declarado é financiada e as dívidas não são contabilizadas pela Justiça Eleitoral.

Quanto aumentou
+252%
R\$ 422 mil



Cantora Mara Lima (PSDB)

2010: R\$ 239 mil – 2014: R\$ 792 mil

Informou, através de seus advogados, que os dados comparados não consideram as dívidas que foram contabilizadas. Além disso, disse também que sua declaração é conjunta com a do marido.

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

Nelson Meurer (PP)

2010: R\$ 1,5 milhão – 2014: R\$ 4,7 milhões

Informou que recebeu de volta uma área de 48.400 m², em Francisco Beltrão, que havia cedido em comodato para a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), nos anos 80, para um projeto de incentivo à piscicultura. A área hoje se encontra na área urbana da cidade e vale mais de R\$ 3 milhões.



Quanto aumentou
+207%
R\$ 3,1 milhões

Maria Tureck (PSD)

2010: R\$ 50 mil – 2014: R\$ 149 mil

Foi procurada pela reportagem da Gazeta do Povo, mas não retornou as ligações.



Quanto aumentou
+199%
R\$ 99 mil

19 JUL 2014

Plauto Miró (DEM)

2010: R\$ 3 milhões – 2014: R\$ 8,9 milhões

Informou que o aumento deve-se à venda de terras e maquinários agrícolas que possuía em Tocantins.



Quanto aumentou
+194%
R\$ 5,9 milhões

Assis do Couto (PT)

2010: R\$ 202 mil – 2014: R\$ 582 mil

Informou, através de nota, que o número apontado não reflete o real aumento de seu patrimônio, já que a declaração do TSE não leva em conta as dívidas contraídas para a aquisição de um terreno e construção de sua casa, em Planalto.



Quanto aumentou
+188%
R\$ 380 mil

Caito Quintana (PMDB)

2010: R\$ 3,6 milhões – 2014: R\$ 10 milhões

Informou que o aumento deve-se à valorização de seis imóveis nas cidades de Curitiba, Planalto e Balneário Camboriú (SC). Todos já haviam sido declarados em 2010 com menor valor.



Quanto aumentou
+177%
R\$ 6,4 milhões

Osmar Serraglio (PMDB)

2010: R\$ 2,1 milhões – 2014: R\$ 5,5 milhões

Informou que o crescimento de patrimônio deve-se à venda recente de um grande lote rural em Umuarama, adquirido em 1976, e também ao aumento de capitalização de reservas de empresas das quais é sócio.



Quanto aumentou
+159%
R\$ 3,4 milhões

André Bueno (PDT)

2010: R\$ 166 mil – 2014: R\$ 422 mil

Foi procurado pela reportagem da Gazeta do Povo, mas não foi localizado.



Quanto aumentou
+154%
R\$ 256 mil

Wilson Quinteiro (PSB)

2010: R\$ 628 mil – 2014: R\$ 1,6 milhão

Informou que o aumento deve-se à função de deputado (desde 2012) e de advogado. Disse que recebeu vários honorários vindos de ações indenizatórias, de 8 a 10 anos, relacionadas a defesa de ex-presos e perseguidos políticos da ditadura militar, sua área de atuação.



Quanto aumentou
+153%
R\$ 963 mil

Sandro Alex (PPS)

2010: R\$ 318 mil – 2014: R\$ 718 mil

Disse que finalizou, em 2013, a construção de sua casa própria, financiada pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 429.503,81. Em 2010, o imóvel estava em fase de construção e valia R\$ 50.126,16.



Quanto aumentou
+125%
R\$ 399 mil

Anibelli Neto (PMDB)

2010: R\$ 821 mil – 2014: R\$ 1,7 milhões

Disse que o aumento de patrimônio é decorrente das atividades que mantém em paralelo à função de deputado, principalmente relacionadas às propriedades rurais que possui.



Quanto aumentou
+107%
R\$ 877 mil

Luiz Nishimori (PR)

2010: R\$ 0 – 2014: R\$ 1 milhão

Afirmou que os dados do TSE de 2010 estão errados e que declarou R\$ 583.900,00 em bens naquele ano. Enviou à reportagem uma cópia de seu imposto de renda de 2010 para comprovar o equívoco.



Quanto aumentou
R\$ 1,0 milhão

19 JUL 2014

GAZETA DO POVO

“Nunca vi tanto dinheiro desviado”, afirma Janot

R\$ 10 BILHÕES

Era quanto a Procuradoria-Geral da República estimava ter sido desviado pelo esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ontem que o esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, envolve vários “destinos e destinatários” e teria movimentado uma quantia de recursos que ele nunca havia visto.

“O que eu posso dizer é que é um esquema enorme de lavagem de dinheiro. E esse dinheiro era utilizado em mais de uma utilidade. Então, tem campanha, corrupção, enfim. São vários os destinatários e destinos dessas importâncias”, disse Janot. Questionado se o montante ultrapassaria as primeiras estimativas de desvios de R\$ 10 bilhões, afirmou: “Está difícil fazer uma estimativa ainda, mas é muito dinheiro, nunca vi tanto dinheiro na minha vida”.

O procurador-geral afirmou que, assim que o processo estiver “maduro” para ser encaminhado à Justiça, revelará os nomes dos envolvidos. Na lista devem constar alguns congressistas.

Janot informou ainda que já está de posse dos dados fornecidos pelo governo da Suíça, que pode ter informações referentes a movimentações bancárias do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa no país europeu. No mês passado, o Ministério Público da Suíça bloqueou US\$ 23 milhões depositados em contas atribuídas ao ex-diretor da estatal.

19 JUL 2014

GAZETA DO POVO

ERRATA

Texto sobre TJ errou nome do corregedor do Judiciário

! A Gazeta do Povo errou o nome do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na matéria "CNJ aponta indício de nepotismo e outros problemas no TJ do Paraná", publicada ontem na editoria de Vida Pública. O nome do conselheiro que assinou o relatório que mostra irregularidades no Tribunal de Justiça do Paraná é Francisco Falcão e não Rui Falcão, como consta na reportagem.

19 JUL 2014

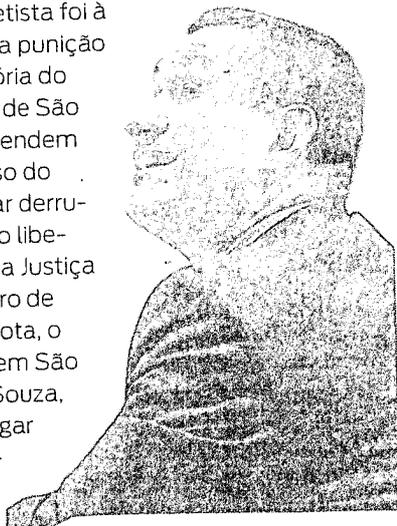
GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

E o PCC?

O comando do PT em São Paulo determinou ontem que o deputado estadual **Luiz Moura (foto)** apresente em dez dias sua defesa sobre a sua suposta ligação com integrantes da facção criminosa PCC. O deputado é alvo de um procedimento interno desde que foi flagrado em uma reunião com integrantes da facção. Ele chegou a ser suspenso do partido, o que acabou impedindo que ele disputasse a reeleição.

Inconformado, o petista foi à Justiça e derrubou a punição em decisão provisória do Tribunal de Justiça de São Paulo. Petistas defendem que ele seja expulso do partido e vão tentar derrubar a decisão que o liberou para solicitar na Justiça Eleitoral seu registro de candidatura. Em nota, o presidente do PT em São Paulo, Emídio de Souza, indicou que vai brigar para manter o deputado longe das urnas.



Justiça do Rio determina soltura de ativistas

Os cinco ativistas presos no Rio desde o último sábado serão soltos. A ordem foi dada na tarde de ontem, pelo desembargador Siro Darlan. "As prisões não foram devidamente fundamentadas", disse. Na terça, o desembargador já havia determinado a soltura dos outros 12 manifestantes detidos na operação Firewall, realizada pela Polícia Civil do Rio com base na suspeita de crime de formação de quadrilha. Entre os cinco que continuam no presídio de Bangu até ontem, estão a ativista conhecida como Sininho, e a professora Camila Jourdan, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro.

20 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Diretas já 1

Juízes do Paraná são os mais novos aliados em favor da aprovação da PEC 15/2012 – proposta de emenda constitucional que prevê eleição direta para a cúpula dos tribunais. Atualmente, o presidente e demais membros da direção dos tribunais de Justiça são eleitos pelos seus pares, os desembargadores. O penúltimo que chegou ao cargo máximo por esse método foi o desembargador Clayton Camargo, meses depois afastado pelo CNJ em razão de atos suspeitos.

Diretas já 2

Se aprovada, a PEC possibilitará que todos os juízes (cerca de 500, no caso do Paraná) votem para eleger a cúpula do TJ. Seria uma forma de conter o corporativismo e o fisiologismo mais fáceis de serem praticados num colégio eleitoral formado apenas pelos desembargadores.

NOTA POLÍTICA



TJ do Paraná

Mais uma vez, o Judiciário local foi criticado pelo CNJ por irregularidades, incluindo a prática de nepotismo.

PARALISAÇÃO

Servidores do Judiciário descartam possibilidade de greve no Paraná

Servidores da Justiça do Paraná decidiram na sexta-feira suspender a possibilidade de greve. Em assembleia, os trabalhadores aceitaram as propostas salariais feitas pelo Tribunal de Justiça (TJ-PR), pois entenderam que houve avanços na negociação. Em nota publicada em seu site, o tribunal afirmou que vai trabalhar na implementação de ações destinadas a corrigir distorções na composição remuneratória entre os cargos dos quadros de pessoal do 1º Grau de Jurisdição e os da Secretaria do Tribunal. "O documento que foi publicado no site do TJ reconhece que existe uma política diferenciada entre trabalhadores do primeiro e segundo grau da Justiça. Falta muito ainda, mas o importante é que o primeiro passo já foi dado", diz o coordenador geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR); José Roberto Pereira. Os trabalhadores reivindicam um aumento salarial de 22%, além de isonomia nas condições de trabalho entre os funcionários.

GAZETA DO POVO

Vida não é novela

20 JUL 2014

Fenômeno de mortes ocorridas entre parentes ocupa lugar secundário nas políticas de segurança pública

A recém-terminada novela *Em família*, de Manoel Carlos, discutiu a violência entre parentes. Dois núcleos se ocuparam disso — a da jovem estuprada que engravida, tem uma filha e encerra a vida afetiva, com dificuldade de lidar com o trauma; e o da mulher madura, entediada com o casamento moderno, que se envolve com homem viúvo, e truculento, de modo a ficar com a filha dele. A que preço?, pergunta a trama.

O debate provocado pelo folhetim se deu sem sensacionalismo. Só cabe lamentar que os delitos e crimes em família não tenham se tornado um dos bons debates da estação, dentre os muitos já provocados pelas telenovelas. O assunto, afinal, urge. No senso comum, a imprensa especializada e os órgãos de segurança pública sabem que os crimes cometidos entre pais, filhos, irmãos e demais parentes são expressivos. Mas, como é parte de nossa tragédia, tendemos a achar que esse é um dado menos importante, tão superlativas são as informações sobre homicídios gerados pelo tráfico, por exemplo.

Negligenciar o número (e o que ele significa) dos homicídios cometidos dentro de casa pode ser um erro — dos mais grotescos. Levantamento dos órgãos de segurança do estado de São Paulo, divulgado mês passado, mostrou que a cada dois dias, três pessoas são mortas em brigas de família. Nos quatro primeiros meses do ano, de 1,6 mil crimes em São Paulo, 12,5% foram provocados por desacertos entre casais ou dos pais com filhos.

A briga familiar é o terceiro motivo para homicídios no estado vizinho, ficando atrás da violência bruta, ligada ao latrocínio e ao tráfico, e às execuções. Mesmo com tantas evidências de que essa conta é alta demais, esse tipo de crime parece condenado ao rodapé das análises estatísticas ou às teses dos sociólogos.

É simples explicar as razões para o lugar difícil da violência em família no campo das políticas de segurança pública. O dado está lá, sem ser filtrado. A morte entre parentes “passa” como um dado cultural num país com passado de negligência e abandono. Basta pensar que o grosso da crônica policial — campeã de audiência desde os primórdios da imprensa moderna no Brasil, já no fim do século 19 — contemplou, de forma especial, a morte entre quatro paredes. Eram lidos como romances trágicos.

Há um sem-número de “crimes da mala”, assassinatos por ciúme, inveja entre irmãos, homicídio provocado por herança. Muitos desses casos habitam o imaginário nacional, sendo contados de geração em geração. Não causa espanto que alguns deles — em especial quando ocorrem na classe média — catalisem sem dó o interesse do público comum. Leia-se o assassinato de Ângela Diniz, passando pela tragédia dos Richthofen, de Eloá, dos Nardoni, o recente caso Pessegini. Há os insolúveis, como o crime da Rua Cuba. Teria sido o Jorginho? Lista imensa o bastante para inspirar uns tantos Gil Gomes.

Além de uma certa naturalidade, os crimes em família gozam, no Brasil, de outro status pouco abonador. Impera entre nós a ideia de que a violência doméstica é assunto privado, quando não uma questão isolada. A aura de fronteira intocável tende a se reforçar, até porque tudo leva a crer que esses crimes são investigados em baias específicas — há setores especializados para a violência contra a mulher, contra os idosos, contra a criança e o adolescente. E pronto.

Essas e outras questões foram estudadas por Solisa Aldy Tavares Brito, em 2007, na dissertação de mestrado *Homicídio em família: uma análise de indícios nos discursos das testemunhas nos processos judiciais*. É um dos poucos estudos sobre o assunto, mas o bastante para mostrar a necessidade de contabilizar os crimes familiares, para em seguida separá-los da condicionante do tráfico de drogas, por exemplo. O saldo tende a ser surpreendente, mostrando que o que se entende como foro íntimo e esfera privada também serve de motor para a violência bruta. Logo, pode ser evitado.

É argumento recorrente, e forte, que o dado do homicídio familiar não acrescenta nada ao dado de homicídio. Para a segurança pública, crime é crime, independe de quem o tenha cometido. Outros fatores são predominantes e é neles que se deve jogar as energias. Talvez seja uma meia verdade. Os setores de planejamento sentem dificuldade em lidar com assuntos que exigem análises sociológicas e antropológicas, mas esse exercício não dói tanto quando se pensa. Ainda que difícil, é possível implantar uma política que conquista cada vez mais adeptos — a que pede mais e mais mediadores sociais de conflito. Eles podem agir sobre a comunidade e também do portão para dentro, “matando no ninho”. Apesar do grotesco da expressão, pode-se, sim, chegar a esse grau de refinamento.

20 JUL 2014

GAZETA DO POVO

GUIDO ÖRGIS

Porto de Pontal

O licenciamento ambiental do Porto de Pontal do Paraná foi parar na Justiça. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu suspender a licença prévia do projeto por entender que é preciso haver consulta à Funai durante o licenciamento feito pelo Ibama, já que há uma área indígena na área de influência do terminal. Quem entrou com a ação foi o presidente da Fenccovib, federação que representa arrumadores e outros trabalhadores portuários, Mário Teixeira.

GAZETA DO POVO

Repensar o início de carreira

A remuneração inicial dos jovens juízes e promotores está bem descolada da realidade brasileira

Asociedade paranaense voltou a debater com afinco a remuneração de seus magistrados e membros do Ministério Público, provocada que foi pela regulamentação recente do auxílio-moradia para essas categorias. No entanto, seria sadio que os paranaenses voltassem também o seu olhar não só sobre esses adicionais, mas sobre o próprio vencimento nominal daqueles que ingressam nessas carreiras. Trata-se de uma reflexão sobre a adequação entre a remuneração dos jovens juízes e promotores e a realidade brasileira — e nos parece que elas estão, no momento, bastante descoladas.

O salário inicial de um juiz ou promotor recém-aprovado em concurso é, hoje, de R\$ 21,7 mil. Isso significa que, com 25 anos, um jovem que terminou a faculdade de Direito e exerceu a profissão por três anos é catapultado a um mundo muito exclusivo. O juiz e promotor iniciantes não se tornam simplesmente membros da “classe alta”: eles passam a fazer parte de um grupo absurdamente restrito, o “topo do topo” da pirâmide social. Segundo os dados mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, em dezembro de 2012 apenas 211 mil brasileiros formalmente empregados (ou 0,1% da população) receberam salário acima de R\$ 20 mil. É preciso indagar quanto essas mesmas pessoas precisaram trabalhar até chegar a esse patamar -- pois o normal é que um salário como esse seja alcançado apenas depois de muitos anos de carreira. Mais que as estatísticas do mundo do trabalho, é o próprio senso comum que indica que algo não está bem.

Juízes e promotores precisam estar minimamente conectados com a sociedade cujas demandas são seu objeto de trabalho. Desejamos, é claro, que todos sejam bem remunerados. Mas um salário muito alto para um jovem em início de carreira traz embutido o risco da criação de uma mentalidade de elite na qual tudo vem (e, até pior, na qual tudo deve vir) muito facilmente, sem o esforço que costuma estar associado ao nível de vida de quem tem uma boa remuneração. Além disso, criam-se expectativas irreais de progressão salarial que o sistema não terá como cumprir, já que o teto do Judiciário e do MP paranaenses é apenas 22,6% maior que o piso. É no terreno dessa frustração que se lançam as sementes de penduricalhos como o auxílio-moradia, transformados em maneira de incrementar um salário máximo que não pode ser ampliado por outros meios.

21 JUL 2014

Esse salário inicial não é alto apenas na comparação com a média da sociedade brasileira. Analisemos, por exemplo, a remuneração de juízes no exterior. Comparemos a remuneração de um juiz iniciante com um par que busque a mesma carreira no Judiciário estadual norte-americano. Na Califórnia, um dos estados que melhor remunera seus juízes (e que também tem um dos custos de vida mais altos do país), um magistrado iniciante ganha entre US\$ 66 mil (cerca de R\$ 145 mil) e US\$ 100 mil (cerca de R\$ 220 mil) por ano. Na outra ponta, o estado do Mississippi paga a seus juízes iniciantes entre US\$ 36,5 mil (cerca de R\$ 80,3 mil) e US\$ 55 mil (cerca de R\$ 121 mil) anuais. Com os R\$ 21,7 mil mensais, o juiz brasileiro ganhará, por ano, quase R\$ 290 mil. Para se ter a dimensão correta desses ganhos, mesmo o juiz iniciante californiano com o maior salário ganhará o equivalente a pouco menos que o dobro da renda média per capita do norte-americano, medida pelo Banco Mundial pelo critério da paridade do poder de compra. Já o juiz brasileiro receberá 8,8 vezes a renda per capita média de seus compatriotas.

Nem sempre foi assim. Em 2009, um juiz substituído recém-aprovado em concurso no Paraná recebia R\$ 14,5 mil — o que, mesmo assim, já era um salário bem acima da média da sociedade. Por mais que, à época, se alegasse que, descontados os impostos, sobravam pouco mais de R\$ 8 mil mensais, ainda assim tratava-se de um salário muito maior que qualquer valor a que um recém-ingressado em qualquer carreira poderia (e pode) aspirar.

Não pretendemos, com isso, desvalorizar a carreira de magistrados e promotores. Estamos convictos de que eles precisam receber um salário à altura de sua missão. Mas não podemos negar que essa remuneração inicial está muito acima do que se compreende como “ganhar bem”, com todas as consequências que acabamos de mencionar. Sabemos que se trata de uma ideia que pode não ser bem recebida, especialmente entre aqueles que tanto se esforçam para ingressar na magistratura ou no MP por meio de concursos. A aspiração a boas remunerações é legítima, mas não é sadio que o preço para cumpri-la seja uma dissociação completa entre o salário de um agente público e o da sociedade à qual ele serve.

21 JUL 2014

GAZETA DO POVO

» SUSPENSÓRIO

Saque irregular chega a R\$34 mi

Da Redação

Um balanço divulgado pela Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) mostra que chega a R\$ 34 milhões o montante sacado indevidamente pelo governo do Paraná de depósitos judiciais não tributários em posse do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O valor é referente a 1.906 contas às quais o governo teve acesso de forma indevida. Segundo a OAB-PR, ao todo, os repasses feitos ao governo vieram de 2.047 contas. Dessas, 141 eram tributárias — dessas contas, o saque estava autorizado por lei.

O balanço atualizado foi divulgado pela OAB-PR na sexta-feira. Os valores sacados indevidamente já foram restituídos à Caixa Econômica Federal (CEF). O problema ocorreu depois que o governo do estado obteve autorização para sacar créditos de disputas judiciais. Os valores de ações referentes a impostos ficam sob a custódia do Judiciário. Como em grande parte dos casos o governo obtém vitória judicial, o TJ concordou em antecipar o acesso a 40% desses valores.

No entanto, depois que o governo fez o resgate dos valores, descobriu-se que havia sido retirado dinheiro de contas que não envolviam disputas referentes a tributos, o que não era permitido: O problema surgiu no final de 2013, quando advogados do Paraná tentaram

sacar quantias de contas da CEF quando ações judiciais tinham vencido. Porém, foram informados que as contas estavam zeradas.

Uma estimativa feita em maio deste ano mostrava que os saques poderiam ter rendido ao governo até R\$ 279,1 milhões. Desse montante maior, contudo, ainda não havia certeza se todas as contas seriam, de fato, não tributárias. O caso foi parar no TJ paranaense, que é o órgão que controla essas contas. Na época, o governo do estado atribuiu o problema aos advogados, à CEF e ao TJ.

1.906 CONTAS NÃO-TRIBUTÁRIAS

teriam sido acessadas indevidamente pelo governo do estado, de acordo com o novo balanço divulgado pela Ordem dos Advogados do Brasil, o que teria rendido um total de R\$ 34 milhões indevidamente aos cofres do Executivo. Uma estimativa feita em maio estipulou que esse valor poderia chegar a R\$ 219 milhões.

NOTAS POLÍTICAS

Contas e contas

O conselheiro Nestor Baptista, do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) disse no mês passado que era necessário aprovar as contas do governo Beto Richa (PSDB) apesar de haver irregularidades já que não era justo reprovar as contas se o governador não fosse "bandido". Parece que o conselheiro mudou de ideia. Como relator das contas de Paranaguá mandou multar o prefeito José Baka Filho (PDT) pela mera ausência de um balanço contábil (algo que evidentemente não configura "bandagem").

21 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Candidatos dizem ter R\$ 5 mi em dinheiro vivo

Pequenas fortunas guardadas em casa poderiam servir para fazer caixa dois, dizem especialistas. Deputado admite que valor é "ficcional"

Joana Neitsch e Paulo Galvez da Silva, especial para a Gazeta do Povo

Num mundo em que dificilmente as pessoas ainda guardam dinheiro debaixo do colchão, vários candidatos a cargos públicos declararam à Justiça Eleitoral que mantêm pequenas fortunas dentro de casa, em espécie. Considerando apenas as rubricas "dinheiro em espécie" e "dinheiro em domicílio", os postulantes às eleições deste ano no Paraná registraram a soma de R\$ 5.685.546,17. O valor pode ser bem maior se forem levados em conta outros termos utilizados no preenchimento das declarações e que também dão a entender que o dinheiro está nas mãos do político (veja ao lado).

A reportagem da *Gazeta do Povo* entrou em contato com alguns candidatos que afirmaram ter dinheiro vivo em casa e ouviu de pelo menos um deputado estadual que o registro, na verdade, tem caráter ficcional, e serviria pa-

ra justificar futuras despesas de campanha. Segundo especialistas, o registro de dinheiro que ainda não está sob a posse do político não é lícito -- mais do que isso, pode facilitar a prática de crimes eleitorais, como o caixa dois.

Dos candidatos a deputado estadual, Sidnei Trevizan (PSDC) foi o que declarou ter mais dinheiro em espécie, R\$ 427 mil. No total, os que pleiteiam a esse cargo afirmaram ter R\$ 2.211.153,17 em dinheiro vivo. Entre os candidatos a deputado federal, destaca-se a declaração de Luiz Nishimori (PR), que diz ter R\$ 800 mil em espécie. Ao todo, os candidatos para esse cargo teriam R\$ 3.101.553,00 em espécie.

Reserva

Em entrevista à reportagem da *Gazeta do Povo*, o deputado Caíto Quintana (PMDB), candidato à reeleição, diz não ter o valor de R\$ 500 mil que aparece como "disponibilidade", mas afirma ter colocado o valor na declaração de bens para depois prestar contas do dinheiro que vai entrar. "Por que eu pus? Para que tenha dinheiro para justificar despesa de campanha. Acontece que eu não tenho R\$ 500 mil. E se vierem me questionar de onde veio esse dinheiro, não veio, porque não existe", disse o deputado. Ele afirma ter passado seus dados para o partido, que repassou as informações para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

O advogado do PMDB Luiz Fernando Delazari diz que cada candidato é responsável por sua declaração de bens e que o partido não dá orientações a eles sobre o assunto. Segundo o TRE, os candidatos têm de informar seus bens de acordo com a declaração de renda feita à Receita Federal no último exercício.

Para o advogado especialista em direito eleitoral Fernando Knoerr, embora não seja comum se manter dinheiro em casa por questões de segurança, não há ilicitude em se manter quantias elevadas em espécie. "Não é lícito, contudo, declarar-se o que ainda não se tem", explica o advogado.

Paulo Valério, membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR diz que é melhor que os valores sejam declarados do que não apareçam nas contas. Mas se forem utilizados para justificar futuras doações podem atrapalhar na análise de quem está doando.

Colaboraram: Chico Marés, Laura Beat Bordin e Talita Boros Voitch.

R\$ 800 MIL

é o valor máximo mantido em casa em dinheiro por um dos candidatos ao Legislativo do Paraná. O recorde pertence ao deputado federal Luiz Nishimori (PR).

CONTINUA

21 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DÚVIDAS

Valor guardado em casa pode ir a R\$ 22 milhões

A reportagem **Gazeta do Povo** optou por relacionar como dinheiro vivo apenas as quantias apresentadas pelos candidatos explicitamente dessa forma. Itens como "disponibilidade", "dinheiro em caixa", "recursos em poder do candidato", dentre outros, não foram considerados para o cálculo. Por meio da assessoria de comunicação, a Receita Federal, em Brasília, informou, porém, que "as descrições que não estiverem relacionadas com contas bancárias podem ser consideradas como dinheiro em espécie". Nesse caso, o valor total de dinheiro vivo dos candidatos do Paraná sobe para R\$ 22.742.967,61. Só o candidato a deputado federal Paulo Rink, por exemplo, tem R\$ 900 mil declarados como "dinheiro em poder". "Ter dinheiro em casa não é ilícito por si só. Mas é um meio

facilitador para o caixa 2 ou outros ilícitos", ressalta o procurador regional eleitoral no Paraná Alessandro José Fernandes de Oliveira. Ele considera grave que um partido oriente seus candidatos a declarar o que ainda não têm. Além de caixa 2, o procurador acredita que esse tipo de atitude pode ser usada para justificar doações que são vedadas pela legislação, como a de concessionárias de serviços públicos. A Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná (PRE) está desenvolvendo um sistema para cruzar os dados da Receita Federal com a evolução patrimonial dos candidatos. Quem tiver ganhos acima do compatível com a função exercida nos anos anteriores vai cair numa espécie de malha fina do Ministério Público Eleitoral. "Com esse alerta, será possível iniciar uma investigação mais profunda", conclui Oliveira. O sistema deve funcionar a partir de 2016. (JN e PGS)

ENTENDA

Veja como funciona a declaração de bens dos candidatos:

Justiça

A Justiça Eleitoral não tem tempo ou estrutura para analisar se a declaração de bens está correta. A declaração serve para balizar a prestação de contas que vai ocorrer após a campanha, explica o advogado Paulo Valério.

Receita

Informações que os candidatos prestam sobre dinheiro em espécie podem ser utilizadas pela Receita Federal e cruzadas com dados da Declaração de Imposto de Renda.

Eleitor

Um dos principais objetivos da declaração é disponibilizar informações para que o eleitor confira se o patrimônio do candidato é condizente com quem ele aparenta ter. Os dados têm como base a declaração de imposto de renda.

CONTINUA

21 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DINHEIRO NO COLCHÃO

Confira os candidatos que declararam ter dinheiro guardado em casa:

Candidatos a deputados estaduais

Partido	Candidato	Dinheiro em espécie (R\$ mil)
DEM	Elio Rusch	65
	Juçara Tidre	20
PDT	Marcio Pauliki	200
	Nelson Luersen	1,2
PEN	Jair Soares	80
PHS	Priscilla Schneider	100
PMDB	Mauricio Fadel	65
PPL	Nilson Prohni	49
PPS	Lopatiuk	275
	Cristina Silvestri	150
	Gisele Rabello	25
	Nelson Lopes de Freitas	1,25
PR	Luiz Setti	45,5
Pros	Maninho	25
PRP	Marcio Costa	20
PSC	Marcos Zampieri	158
	Elcio Jaime	70
	Borges	14,2
PSD	Jura	12,5
PSDB	Bernardo Ribas Carli	254
	Paulo Litro	57,5
	Luiz Renato Haully	7,4
PSDC	Trevizan	427
PSL	Bertol	18
PT	Elton Welter	80
	Arlson Chiorato	60
	Rodolfo Jaruga	50
	Mário Verri	15
PTN	Marcos Manoel	28,7
	Margareth Doranem	2,5
PV	Odilon Volkmann	160
	Rasca Rodrigues	52
	Frederico Otto	43,7
	Prof Janete Laroca	34,5
	Flávio Falcão	30
	Rosemari Kaluf	0,15
Solidariedade	Elias Rodovanski Ika	18,5

Candidatos a suplente de senador

Partido	Candidato	Dinheiro em espécie (R\$ mil)
PSD	Joel Malucelli	US\$6 mil
PT	Paulo Pratinha	360

Candidatos a deputado federal

Partido	Candidato	Dinheiro em espécie (R\$ mil)
PSC	Takayama	90
	Osni Menezes	340
PT	Enio José Verri	100
	Gilson Feitosa	34,8
	Toninha	8,3
PTN	Christiane Yared	25
PTB	Jose Renato Strapasson	100
PV	Edneia Maria	210
	Luiz Carlos Haully	76
PSDB	Valdir Luiz Rossoni	100
DEM	Osmar Stuart Bertoldi	700
PR	Luiz Nishimori	800
	Giacobo	223
Solidariedade	Delegado Francischini	3
PPS	Marcelo Miró	86,4
PSB	Scarpelini	150
	Leopoldo Meyer	45
	Luciano Ducci	10

Fonte: DivulgaCand. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

Gol de ficha suja

Carlos Alberto Di Franco

Os brasileiros, mais uma vez, podem sentir a mordida da frustração. Fruto de iniciativa popular, com mais de 1 milhão de assinaturas de apoio, a Lei da Ficha Limpa era um fio de esperança. A vida, no entanto, mostra o longo caminho que separa o mundo legal da realidade concreta. Um dia depois de ser pela segunda vez condenado num escândalo de corrupção, o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda afirmou que manterá sua candidatura ao governo. Arruda pôs em dúvida decisões judiciais e, mais uma vez, colocou-se como vítima de perseguição política apesar das denúncias de arrecadação e distribuição de propina gravadas em dezenas de vídeos.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve a condenação de Arruda. Seria, nos termos da Lei de Ficha Limpa, o suficiente para que se tornasse inelegível no pleito deste ano, não fosse um detalhe: o lapso de tempo. A condenação foi confirmada pelo colegiado somente depois de os políticos terem registrado suas novas candidaturas ao governo do Distrito Federal e ao Legislativo. De acordo com o entendimento corrente nos tribunais, a decisão, para produzir efeitos neste ano, precisaria ter sido proferida antes das inscrições na Justiça Eleitoral. A favor de Arruda pesou um recurso que suspendeu o andamento da ação. Embora revertido no STF, o ato forçou a Justiça de Brasília a adiar o julgamento do ex-governador. Firulas processuais são as armas de combate da impunidade. Recursos, prazos e lapsos temporais, habilmente manipulados por advogados experientes e bem pagos, transformam a Lei da Ficha Limpa numa bela palavra.

O momento exige que, além de combater a morosidade processual, a Justiça dê prioridade a processos importantes que envolvam corrupção. Como lembrou recente editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, será preciso contornar grandes deficiências apresentadas pela Justiça Eleitoral. No início da campanha, os tribunais regionais dedicados ao tema ainda tinham déficit de 38 juízes. Diante do

21 JUL 2014

grande número de instâncias a serem consultadas para verificar se há processos que possam causar inelegibilidade — somente o Ministério Público Federal oficiou a 6 mil ór-gãos —, parece escasso o prazo de cinco dias para que partidos e procuradorias eleitorais ajuízem ações.

Além disso, alguns setores do Judiciário evidenciam uma notável dificuldade de captar a gravidade da situação brasileira. O que se espera da Justiça não é apenas que seja zelosa aplicadora da lei. Isso é muito, mas é pouco. O que se espera dos nossos magistrados é uma fina capacidade de discernimento, uma delicada sensibilidade para fazer justiça. Estou convencido de que a gravíssima epidemia de corrupção está a exigir uma corajosa revisão de rotineiros e cristalizados procedimentos. Ou o Judiciário compreende a gravidade da situação e a força da demanda social ou será atropelado.

A dúvida, estou certo, não é se a reforma modernizadora do Judiciário e das leis será ou deixará de ser feita. Mas se será feita no âmbito do sistema democrático ou sob um regime autoritário. A Venezuela está aí e deveria servir de escarmento. O povo manifesta crescente e perigosa descrença com a capacidade de fazer justiça do Estado. O formalismo jurídico sem vida pode matar a democracia. O que se quer não é a implementação da justiça à margem da lei e do direito de defesa, e sim um Legislativo e um Judiciário que saibam dar resposta à demanda da sociedade contra a recorrente e vergonhosa impunidade.

A Lei da Ficha Limpa não pode morrer na praia.

Carlos Alberto Di Franco, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor do Departamento de Comunicação do Instituto Internacional de Ciências Sociais (Iics).

21 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Promotor diz que ativistas decidiam atos violentos em reuniões

O promotor da 26.^a Promotoria de Investigação Penal do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), Luís Otávio Figueira Lopes, disse que os ativistas que tiveram a prisão preventiva decretada na última sexta-feira decidiam em reuniões fechadas as ações violentas em manifestações nas ruas do Rio. A afirmação está no texto da denúncia encaminhada por ele ao juiz da 27.^a Vara Criminal da Capital, Flávio Itabaiana de Oliveira Nicolau. Após o recebimento da denúncia, o juiz decretou as prisões preventivas de 23 ativistas. Cinco deles já estavam detidos desde o dia 12 de julho, final da Copa do Mundo e os outros 18 estão foragidos. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com o promotor, com a intensificação das manifestações houve a tentativa de unificação dos grupos com a criação da Frente Independente Popular (FIP).

Ele disse que Elisa Quadros Pinto Sanzi, a Sininho, pode ser identificada como uma das principais lideranças da FIP junto com Igor Mendes da Silva, Leonardo Fortini Baroni Pereira, Emerson Raphael Oliveira da Fonseca, Camila Aparecida Rodrigues Jourdan, Felipe Proença de Carvalho Moraes, Luiz Carlos Rendeiro Junior e Drean Moraes de Moura Corrêa. Esses ativis-

tas, segundo o promotor, foram responsáveis pela decisão de incitar os ocupantes do movimento Ocupa Câmara [na Câmara Municipal do Rio, em agosto 2013] a promoverem a queima de um ônibus.

Para Lopes, Felipe Proença de Carvalho Moraes, Camila Aparecida Rodrigues Jourdan e Pedro Guilherme Mascarenhas Freire desempenham função de direção na Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL), que se reporta diretamente à direção da FIP. Já Felipe Frieb de Carvalho, Pedro Brandão Maia, Bruno de Sousa Vieira Machado, André de Castro Sanchez Basseres e Joseane Maria Araújo de Freitas eram incumbidos de efetuar a distribuição de tal material e também de usá-los.

O advogado Lucas Sada, que defende André de Castro Sanchez Basseres, Gabriel da Silva Marinho, Luiz Carlos Rendeiro Júnior, Pedro Mascarenhas e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro, além também de Joseane Maria Araújo de Freitas, disse que a denúncia do MP é falha e será rebatida durante o processo.

19 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



A desembargadora Denise Krüger Pereira, ao centro na foto, com a juíza Zilda Romero, titular da Vara Maria da Penha em Londrina, e a juíza de segundo grau do TJ do Paraná, Luciana Bortoleto, ontem no Hotel Bourbon. A desembargadora Denise Krüger Pereira veio para a abertura da 8ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, que teve início ontem à noite, na Câmara Municipal, e que prosseguirá hoje a partir das 8 horas. O tema central do evento é "Políticas públicas para as Mulheres: construção de igualdade de gênero".

19 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Caso Havan:

**nove são
acusados de
improbidade**

**MP aponta série de atos
ilegais de servidores da
Prefeitura de Londrina na
construção do City Shopping**



Segundo a promotora Leila Schimiti, atos e omissões dos agentes públicos "tiveram o condão de favorecer o empreendimento e o empresário"

Laudos técnicos apontam a impossibilidade de demolir parcialmente o prédio

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 19 JUL 2014

CONTINUAÇÃO

Loriane Comeli
Reportagem Local

Uma sequência de atos administrativos ilegais praticados por agentes públicos da Prefeitura de Londrina na construção do City Shopping, condomínio de lojas na Avenida Benjamin Constant, onde está localizada a loja de departamentos Havan, levou a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público a ajuizar ação por improbidade administrativa contra cinco servidores da Secretaria de Obras, dois membros do primeiro escalão do governo Alexandre Kiereff (PSD) – Ignes Dequech, presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ippul), e o procurador-geral, Paulo Valle, a Europart, dona do condomínio, e seu proprietário, Rachid Zabian.

Segundo a promotora Leila Schimiti, atos e omissões dos agentes públicos “tiveram o condão de favorecer o empreendimento e o empresário”, que sabia, segundo ela, desde o início que a construção do shopping desrespeitava o recuo de 5 metros e que se tratava de um polo gerador de tráfego (PGT), empreendimento proibido para aquele zoneamento (zona comercial 1).

A ação civil pública aponta três fatos passíveis de configurar improbidade. No primeiro caso, o fiscal Sérgio Florêncio Exposito, e os engenheiros Valtencir Godinho de Camargo e Edson Ogaki, todos da Obras, não teriam adotado as medidas previstas em lei quando perceberam que a obra havia sido iniciada sem o alvará de construção.

“O procedimento adequado seria o embargo, medida que efetivamente só ocorreria seis meses depois”, explicou Leila. Após o embargo – alguns dias antes da inauguração – o empresário foi multado em R\$ 3 mil, recolheu o valor e o empreendimento começou a funcionar. Até hoje, o shopping não tem Habite-se. “Os seis meses de inércia foram determinantes para a ‘construção clandestina’ desta obra.”

Somente este ano, após ampla divulgação das ilegalidades sobre a construção, a prefeitura notificou e autuou o City Shopping pelas ilegalidades: a multa aplicada foi de R\$ 2,9 milhões.

O segundo fato se refere a pareceres dos servidores Osamu Kaminagakura (que já ocupou a pasta de Obras) e da arquiteta Celina Ota, que, em cargos de diretores, se manifestaram favoravelmente à expedição de alvará de funcionamento às lojas mesmo sabendo que o empreendimento estava irregular. “Eles extrapolaram suas funções”, disse Leila.

Por último, Ignes e Valle teriam cometido improbidade administrativa ao mudar o entendimento já consolidado no município de que a construção do shopping – fora do recuo e em zona proibida – era irregular. “Anteriormente, tanto o Ippul quanto a procuradoria entendiam que aquela construção estava irregular e, num parecer confuso, atestam a legalidade de forma a beneficiar o empreendimento”, explicou a promotora. Foi este parecer, com data de maio, que permitiu à Europart reabrir o procedimento de análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV),

que havia sido indeferido pelo Ippul em razão das irregularidades.

Valle, por meio de nota, afirmou que “em nenhum momento houve contradição dos referidos pareceres, pois em ambas as ocasiões o posicionamento da Procuradoria manteve-se desfavorável ao empreendimento, no sentido de não ser possível a utilização do recuo de 5 metros, para fins de construção” e que “o pronunciamento da Procuradoria é meramente opinativo, sendo de responsabilidade de cada órgão ponderar as considerações jurídicas e tomar a decisão que entender tecnicamente cabível em cada caso”.

Ignes foi procurada em seu gabinete e celular, mas não foi encontrada. Aos servidores da Obras, a reportagem deixou recado, mas ninguém deu retorno. Zabian também não retornou ao pedido de entrevista feito por ligação telefônica a seu filho.

CONTINUA

19 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

DEMOLIÇÃO

Na ação, o Ministério Público (MP) não pediu a demolição parcial do prédio, possibilidade avaliada em razão do avanço do shopping no recuo. “Mas uma ação demolitória não está absolutamente afastada”, afirmou o promotor Renato de Lima Castro, que assina a ação ao lado de Leila. “Será necessário que o empreendedor adote verdadeiras medidas mitigatórias para suprimir a ilegalidade.” Castro revelou que o empresário protocolou há algumas semanas um pedido de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por meio do qual as medidas poderiam ser avaliadas.

A promotora Leila mencionou que quatro laudos técnicos apontam a impossibilidade de demolir parcialmente o prédio. “Por questões estruturais, todo o edifício iria abaixo.”

Kireeff disse estar disposto a discutir medidas mitigatórias. “Vejo duas possíveis soluções para o caso: ou judicial ou por meio de um TAC”, comentou, preferindo não falar sobre a acusação contra seus secretários. “Vou analisar a acusação primeiro.”

19 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Janot sobre Lava Jato

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ontem que o esquema de lavagem de dinheiro investigado pela operação Lava Jato, da Polícia Federal, envolve vários “destinos e destinatários” e teria movimentado uma quantia de recursos que ele nunca havia visto. “O que eu posso dizer é que é um esquema enorme de lavagem de dinheiro. E esse dinheiro era utilizado em mais de uma utilidade. Então, tem campanha, corrupção, enfim. São vários os destinatários e destinos dessas importâncias”, disse Janot. Questionado se o montante ultrapassaria as primeiras estimativas de desvios de R\$ 10 bilhões, afirmou: “Está difícil fazer uma estimativa ainda, mas é muito dinheiro, nunca vi tanto dinheiro na minha vida”.

Nomes

Janot não quis dar detalhes sobre as investigações, que correm em segredo de Justiça, mas afirmou que, assim que o processo estiver “maduro” para ser encaminhado à Justiça, revelará os nomes dos envolvidos. Na lista deve constar a participação, por exemplo, de alguns congressistas. “A gente está atrás dessas pessoas parlamentares e assim que tivermos condição de revelar os nomes, revelaremos.”

Investigação em período eleitoral

Segundo Janot, o fato de nos próximos meses o País passar por período eleitoral não influenciará num possível adiamento da divulgação dos envolvidos. “Esses fatos aconteceram todos antes do processo eleitoral. As investigações começaram antes do processo eleitoral. O que a gente não pode fazer é deixar de trabalhar em razão de um processo eleitoral. O que a gente não pode fazer, e não faremos, é fazer o uso político de uma investigação”, afirmou. “Esses nomes serão revelados quando a investigação estiver madura para ir para juízo”, acrescentou.

Contas de Costa

O procurador-geral da República informou ainda que já está de posse dos dados fornecidos pelo governo da Suíça, que pode ter informações referentes a movimentações bancárias do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa no país europeu. No mês passado, o Ministério Público da Suíça bloqueou US\$ 23 milhões depositados em contas atribuídas ao ex-diretor da estatal.

19 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Mais uma impugnação

O Ministério Público Eleitoral (MPE) do Paraná propôs uma nova impugnação contra registro de candidatura. Trata-se do candidato a deputado estadual Sandro Wilian Batista de Souza (PTN). O Conselho Regional de Odontologia o excluiu da profissão, situação que o deixaria barrado pela Lei da Ficha Limpa. Assim, sobe para 27 o número de contestações a registros de candidaturas feitas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, 14 apenas de autoria do MPE. Na última terça-feira venceu o prazo inicial para impugnações referentes aos nomes publicados no dia 10, mas o registro de Sandro foi publicado depois, separado do partido.

Bloqueio de bens

A Justiça de São Miguel do Iguazu (Oeste) determinou o bloqueio dos bens do prefeito Claudiomiro da Costa Dutra (PR) e de outros integrantes do Executivo, além de um empresário e de duas empresas da região, em quase R\$ 9 milhões. A decisão atende a um pedido do Ministério Público (MP), que ingressou com ação civil pública em razão do descumprimento de regras na contratação de serviços na área da saúde. Segundo o MP, o município firmou, sem os regulares processos licitatórios, três contratos vultosos com empresas particulares, para a prestação de serviços de saúde. O promotor de Justiça Alex Fadel ressalta que todas as empresas contratadas, desde o início de 2013, são de propriedade do mesmo empresário.

OPINIÃO DO LEITOR

Tribunal de Contas do Paraná

Não sou prefeito e nem pretendo ser e também não sou contra a fiscalização dos atos dos prefeitos, vereadores e servidores pelo Tribunal de Contas do Paraná. Já militei no serviço público durante 13 longos anos, me subtraindo a todo tipo de exigências do TC. Seus pares estavam acima de qualquer suspeita e eram os senhores da lei. Retidão ali parecia (parecia?) ser o que existia. Temos que ressaltar realmente a idoneidade e a retidão da maioria de seus membros, porém, vemos agora vindo de sua cúpula tamanho escândalo. Será que daqui para frente eles tratarão os prefeitos com mais respeito não os tendo como desonestos em primeira mão, quando o correto seria primeiro considerá-los honestos até prova em contrário? Será que as falcaturas que agora vieram à tona não existiam há mais tempo?

VALDIR MENDES (contador) - Mariluz

20 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Pedófilo pode ter distorção cognitiva

Psicólogo americano analisa caso de Marcos Colli, advogado condenado a 224 anos de prisão por estupro de vulneráveis

Vítor Ogawa

Reportagem Local

O Instituto Keynes realizou ontem no Hotel Sumatra um seminário de Psicologia jurídica sobre o comportamento criminal sob a ótica da Psicologia americana. Um dos palestrantes foi o psicólogo Joseph Segriff, de Nova Jersey (EUA), que abordou sobre os aspectos criminogênicos e civis da psicologia forense. A reportagem da FOLHA pediu para que ele comentasse o caso de Marcos Colli, que cumpre a pena de 224 anos de prisão – resultado de três condenações por estupro de vulneráveis – na Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP 2), na região metropolitana de Curitiba. Segundo Segriff, “pedófilos não são monstros, mas fazem coisas monstruosas”. Ele explica que um pedófilo ou um estuproador pode ter o que se chama de distorção cognitiva. “Uma pessoa condenada por pedofilia dizia que a neta dele de 8 anos estava flertando com ele. Na realidade ele teve essa distorção para fazer o que ele queria”, destaca.

Essas pessoas justificam assim para aparentar normalidade, jogando a culpa na vítima. “Da mesma forma alguns estuproadores justificam que

suas vítimas estavam usando um vestido muito curto”, frisa. Sobre o caso Colli, ele pondera que existem muitas teorias para explicar esse tipo de comportamento. “Não há apenas uma explicação para que esse advogado e ex-candidato a prefeito tenha feito isso. Uma das hipóteses é que se a pessoa foi abusada sexualmente na infância, há uma chance maior de que cometa abusos quando se tornar um adulto”, afirma.

Segriff explica que da mesma forma que os gays não sabem porquê sentem atrações por pessoas do mesmo sexo, ou os heterossexuais não sabem porquê se interessam por pessoas do sexo oposto, os pedófilos não sabem dizer porquê sentem atração por crianças. “Mas temos leis e mesmo que seja um sexo consentido, continua sendo estupro”, enfatiza.

Segriff salienta que para controlar isso, nós precisamos de terapeutas que possam ajudar essas pessoas. “Se a pessoa se tornar mais conectada emocionalmente com sua vida, com seus pais e com a comunidade em que vive não vai querer agredir ninguém e vai entender mais a si mesmo, mas isso é algo muito difícil de se conseguir. É como um tratamento contra o vício de drogas. Há um processo”, observa.

O psicólogo critica aqueles que fazem um julgamento moral sobre essas pessoas. “Você deve separar as pessoas das coisas que elas fazem.”, avalia.

ACOMPANHAMENTO

Ele aponta que esses criminosos devem ser acompanhados bem de perto após serem libertados da prisão. “Depois que eles cumprirem a pena, você não pode deixá-los partir e dizer, ‘agora você pode voltar para a sociedade’.

O palestrante destaca que muitos criminosos sexuais praticam o que se chama biasofilia, que é um padrão de comportamento sexual no qual, em geral, a fonte predominante de prazer não se encontra na cópula, mas em alguma outra atividade, que no caso consiste em atacar sexualmente uma pessoa desconhecida. “Essas pessoas se excitam quando uma pessoa resiste às suas investidas. Se uma pessoa dessas é castrada sexualmente, ela deixa de ter prazer nisso, entretanto algumas querem ter além do sexo, o controle sobre outras mulheres. Por isso não há garantias de que ele não faça outra coisa como substituição à penetração”, explica.

CONTINUA

20 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Além de Segriff, outros dois palestrantes participaram do evento: Alessandra Navarro Fernandes, docente na Universidade Estadual de Londrina nos cursos de Letras e Jornalismo, que falou sobre "O Corpo Morto entre a Ciência, a Arte e os Colecionadores"; e Rodrigo Soares Santos, graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco, que discorreu sobre a "História dos Perfis Criminais" e "Classificações Criminológicas".

66

Depois que eles cumprirem pena, você não pode deixá-los partir e dizer, "agora você pode voltar para a sociedade"

20 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Correção

A assessoria do deputado federal pelo Paraná Luiz Nishimori (PR), que tenta a reeleição, informou à FOLHA que há erro nos dados sobre o patrimônio do parlamentar divulgados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a assessoria, em 2006, quando Nishimori foi eleito deputado estadual, ele declarou ter R\$ 399.304,86 em bens. Em 2010, quando conquistou uma vaga na Câmara Federal, seu patrimônio subiu para R\$ 583.900,00. Na última declaração enviada à Justiça Eleitoral, em função da disputa de outubro, Nishimori informou ter R\$ 1.032.656,59 em bens. Em reportagem publicada na FOLHA na última sexta-feira, Nishimori aparece com R\$ 58.900,00 em 2006 e nenhum bem declarado em 2010. A reportagem, sobre a evolução patrimonial dos deputados federais que são candidatos este ano, utilizou os dados do TSE. A assessoria do parlamentar acrescentou que comunicou o erro ao TSE.

Caso Tiririca

O juiz auxiliar Carlos Eduardo Cauduro Padin julgou procedente anteontem a representação do Partido da República (PR) e confirmou liminar que suspendeu a veiculação da propaganda em rádio e televisão em que o deputado federal Tiririca (PR) promovia um site de vendas. A decisão provisória havia sido concedida na terça-feira última. Para Padin, a peça publicitária fere a igualdade e a isonomia entre os candidatos, pois divulga a imagem do deputado por meio não disponível a todos os postulantes ao cargo.

Mais exposição

Segundo Cauduro Padin, “a veiculação projetada para coincidir com a campanha e período eleitoral, frustra a igualdade e isonomia, como permite que se entreveja manobra premeditada na busca de dividendos e mais exposição que seus concorrentes”. A representação contra a agência de publicidade é do próprio PR, subscrita pelo advogado Ricardo Vita Porto. Dia 5 de julho terminou o prazo para que os partidos entregassem os pedidos de registros de candidatura para o pleito de outubro. Tiririca, eleito deputado federal em 2010, é candidato à reeleição.

Legislação

Trecho do artigo 45 da Lei 9.504/97, dispõe: “A partir do resultado da convenção, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção”. Da decisão, cabe recurso ao plenário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

21 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Governo do PR teve acesso indevido a R\$ 34 milhões

Dinheiro de quase 2 mil contas
judiciais não tributárias foi
parar na conta do Executivo,
diz relatório final da CEF

*Em janeiro,
Fazenda admitia
"equivoco" em
apenas 19 contas*

Roger Pereira
Equipe Bonde

Curitiba - Relatório final da Caixa Econômica Federal (CEF), entregue à seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mostra que R\$ 34,37 milhões foram transferidos indevidamente de contas judiciais para a conta do governo do Estado. O erro ocorreu após a aprovação pela Assembleia Legislativa do acesso pelo tesouro estadual aos depósitos judiciais tributários. Os mais de R\$ 34 milhões referem-se a 1906 contas judiciais não tributárias, cujos saldo o Estado também teve acesso indevidamente.

Em janeiro deste ano, o governo começou a utilizar seu direito de acesso aos depósitos judiciais, após aprovação da Conta Única pela Assembleia Legislativa e a autorização para, em acordo com o Poder Judiciário, gerir os recursos tributários. Mas, já nos primeiros saques, advogados procuraram a OAB reclamando que contas judiciais não tributárias foram zeradas sem nenhuma explicação. A partir

desta constatação, a Ordem tomou frente no processo, levando o caso ao Tribunal de Justiça e formalizando acordo para a verificação de todas as contas e suas recomposições por meio da Caixa.

Em janeiro, a então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira, admitiu que, por equívoco e falta de experiência do governo estadual com esses recursos, o Executivo havia incorporado, indevidamente, R\$ 365 mil de 19 contas não tributárias que foram confundidas com tributárias. Seis meses depois, o levantamento final da Caixa mostra que o problema foi muito maior.

A Caixa analisou, ao todo, 2047 reclamações, constatando que 1906 delas eram procedentes e restituindo o total de R\$ 34.374.841,74 às contas judiciais.

Conforme explica o vice-presidente da seccional, Cássio Telles, todos os casos apresentados pelos advogados à OAB foram levados ao Tribunal de Justiça que acatou as propostas e sugestões da Ordem para buscar uma solução neste caso. Na ocasião, em atendimento a solicitação da OAB feita ao TJ e à CEF, foram expedidos ofícios para todas as comarcas solicitando a conferência das contas não tributárias, para dimensionar o número de contas atingidas com o saque equivocado. Na medida em que o levantamento das unidades judiciárias do interior chegavam à CEF, o governo do Estado era avisado para fazer a recomposição dos saldos. No site da OAB, há o relatório completo, organizado pela data de recomposição e identificando a cidade, o processo, a Vara correspondente e o valor recomposto. "O advogado que eventualmente identificar algum prejuízo deve comunicar a Ordem que está pronta para atuar e pedir a recomposição", afirmou Telles.

A FOLHA não conseguiu, ontem, falar com o atual secretário de Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani.

21 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Sistema prisional

Em que pese o sistema carcerário brasileiro também tenha como função promover a reinserção do detento à vida em sociedade, é de conhecimento geral que o atual modelo não consegue atingir esse objetivo. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam que sete a cada dez libertados voltam ao mundo do crime; é um dos maiores índices do mundo.

Com uma população carcerária também entre as maiores do mundo, segundo o CNJ, cadeias e presídios pouco atuam hoje na ressocialização dos presos. Superlotação e ociosidade são fatores que contribuem para a formação desse cenário. A Lei de Execuções Penais determina que o trabalho do condenado deve atender dever social e condição de dignidade humana e finalidade educativa e produtiva, assim como a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

No entanto, dados do Ministério da Justiça indicam que em 2012 apenas 12,3% dos encarcerados paranaenses trabalhavam, enquanto a média nacional era de 20,4%. Informações da Secretaria de Estado de Justiça do Paraná apontam para o crescimento do índice: no mês passado o percentual era de 17,25%. Já os inseridos em atividades educacionais somavam 33,86% da população carcerária que é formada por cerca de 28,5 mil pessoas.

No entanto, a questão central esbarra, mais uma vez, na falta de educação. Segundo a Comissão de Estabelecimentos Prisionais da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná a maioria dos presos é analfabeta. Sem educação e qualificação profissional há menos oportunidades de bons empregos e, portanto, menos chances de a pessoa melhorar de vida. Desta forma, fica mais fácil um adolescente ou jovem ser cooptado por criminosos. É um ciclo vicioso e, infelizmente, difícil de romper. Somente com investimentos maciços em educação de qualidade é que poderá haver uma mudança de cenário.

21 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Poucos presos trabalham no Paraná

Índice de detentos que exercem atividades de laborterapia no Estado está abaixo da média registrada no País

Carolina Avansini
Reportagem Local

Londrina. - Divulgado como um importante recurso para garantir maior possibilidade de reinserção de detentos na sociedade, o índice de trabalho de presos no Paraná está abaixo da média nacional. Conforme dados estatísticos do Ministério da Justiça, em 2012 apenas 12,3% dos encarcerados paranaenses exerciam a chamada laborterapia, enquanto no Brasil a média é de 20,4%. Em comparação a outros Estados da região Sul, a diferença é ainda maior. Em Santa Catarina, 40,4% da população carcerária exercia algum tipo de trabalho. No Rio Grande do Sul, o índice é de 35%.

Dados mais atualizados da Secretaria de Estado de Justiça (Seju) no Paraná revelam que, em junho de 2014, o índice era um pouco maior: 17,25% dos aproximadamente 28.500 presos. Já os inseridos em atividades educacionais somam 6.899 pessoas, ou 33,86% da população carcerária.

Conforme a secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (Seju), Maria Tereza Uille Gomes, o baixo índice se justifica pela política adotada no Paraná, que investiu principalmente na oferta de oportunidades de estudo. "A

ressocialização dos presos depende, fundamentalmente, de duas ações concretas: trabalho e estudo. Raramente um preso consegue estudar e trabalhar ao mesmo tempo, precisando fazer uma opção por uma ou outra ação", explica.

No sistema administrado pela Seju, que não inclui as carceragens em distritos policiais, no primeiro semestre deste ano foi registrada uma média de 49,6% de presos estudando e 26,8% de presos trabalhando, entre um total de 19.449 pessoas. "Alcançamos, portanto, uma média de 76,4% deles em ações de ressocialização. Sazonalmente, especialmente em função da Copa do Mundo, no dia 30 de junho estavam estudando no Paraná 39,79% dos presos e trabalhando, 24,24% deles."

A secretária destaca que a Seju prioriza a ressocialização e conseguiu triplicar o número de presos trabalhando e estudando no Estado em menos de quatro anos. Os investimentos em políticas que cumpram esse objetivo, porém, esbarram em dois problemas que considera "históricos". Um deles é o excesso de presos em carceragens de delegacias de polícia, que somam 9.035 detentos sem condições de realizar atividades de ressocialização.

O segundo problema são as construções antigas que

não previam espaço para trabalho interno, além de falta de espaço adequado para educação. Para as duas situações, a solução estaria na construção de 20 novas unidades que vão criar 6.670 novas vagas no sistema penitenciário do Paraná e que preveem esses espaços, o que começa a acontecer a partir de 2015.

DADOS PREOCUPANTES

Para a advogada Lúcia Maria Beloni Côrrea Dias, presidente da Comissão de Estabelecimentos Prisionais da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB/PR), os dados relativos ao trabalho de presos no Paraná são "preocupantes". "O trabalho é essencial porque oferece dignidade humana. É um direito constitucional reforçado pela Lei de Execução Penal", explica. Segundo ela, nas unidades prisionais, o trabalho e a educação são fundamentais porque tiram os presos da ociosidade e os submetem a uma rotina. "Entre os presos provisórios, é facultativo. Mas para os condenados, é também um dever", acrescenta, lembrando que o trabalho não pode ter caráter de pena. "Não é trabalho forçado."

CONTINUA

21 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Lúcia chama a atenção para o fato de que a maioria dos detentos tem entre 18 e 34 anos, ou seja, estão em idade produtiva. “Infelizmente, grande parte também é analfabeta, o que indica que, do lado de fora da prisão, pouco tem sido feito para evitar a delinquência”, critica. Nessa faixa etária, segundo a especialista, a produção e aquisição de conhecimentos são fundamentais para evitar a ociosidade que acaba levando à manutenção de hábitos parecidos com os que tinham antes de serem presos. “Quem sai das penitenciárias sem aprender nada não adquire condições de se ressocializar e acaba caindo na reincidência”, diz.

19 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça solta ativistas, mas torna réus 23

acusados de violência

Vinte e um manifestantes suspeitos de participar de atos violentos no Rio tiveram sua prisão preventiva decretada

Foram incluídos na denúncia Fábio Raposo e Caio Silva de Souza, acusados pela morte de Santiago Andrade

LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

No mesmo dia em que a Justiça, em segunda instância, determinou a liberação de cinco ativistas que estavam presos no Rio, suspeitos de participarem de protestos violentos, 23 pessoas — incluindo três delas que tiveram a liberdade concedida — se tornaram réus em processo por associação criminosa armada para esses protestos.

A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público contra os ativistas nesta sexta-feira (18). Também foi aceito pelo Judiciário pedido de prisão preventiva de 21 acusados.

Também foram incluídos na denúncia de formação de quadrilha armada os manifestantes Fábio Raposo e Caio Silva de Souza, acusados de terem acendido o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade, durante protesto no dia 6 de fevereiro.

Parte dos denunciados estava no grupo de 19 pessoas presas em operação deflagrada na véspera da final da Copa do Mundo, no último sábado (12). Alguns dos que estavam foragidos também foram denunciados. Cinco pessoas que estavam entre os

presos e foragidos não foram incluídas na denúncia do Ministério Público.

A acusação ocorre depois que 12 dos presos tiveram liberdade determinada, na terça (15), e outros cinco, nesta sexta. Os 12 deixaram a cadeia na madrugada de quinta. Três dos cinco restantes não deixarão a carceragem porque o novo pedido de prisão contra eles foi aceito antes que saísse o alvará de soltura em razão do habeas corpus concedido horas antes.

Na denúncia, o promotor Luís Otávio Figueira Lopes, da 26ª Promotoria de Investigação Penal, afirma que “em período iniciado após o mês de junho de 2013 e que estendeu-se até o presente momento, os denunciados associaram-se com a finalidade de praticar, no contexto das manifestações, crimes diversos como: posse de artefato explosivo, corrupção de menor, dano básico e qualificado, resistência e lesão corporal (consumada e tentada)”.

“No curso da investigação, puderam ser identificados diversos grupos, cujos objetivos declarados seriam lícitos — organização de protestos e difusão de ideias que contestam o status quo vigente —, mas que conteriam indivíduos cuja atuação seria dirigida, de fato, para a prática de atos violentos e de confronto. Tais atos são incentivados por lideranças e, em

geral, praticados por indivíduos que adotam a tática denominada black bloc”, diz a nota do MP desta sexta.

O Ministério Público diz que, com o aumento dos protestos, houve uma tentativa de unificação dos grupos que protestavam na FIP (Frente Independente Popular).

Segundo o MP, foram identificados como lideranças da FIP os denunciados Elisa Quadros Pinto Sanzi, a “Siniho”, Igor Mendes da Silva, Leonardo Fortini Baroni Pereira, Emerson Raphael Oliveira da Fonseca, Camila Aparecida Rodrigues Jourdan, Felipe Proença de Carvalho Moraes, Luiz Carlos Rendeiro Junior, conhecido como “Game Over” e Drean Moraes de Moura Corrêa, conhecido como “DR”. A defesa dos ativistas afirma que vai recorrer.

19 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Telefônica vai à Justiça contra decisões do Cade sobre a TIM

Organismo exige novo sócio na Vivo e fatia menor na italiana

JULIO WIZIACK
DE SÃO PAULO

A Telefônica foi à Justiça contra o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) pedindo a anulação de duas decisões do final do ano passado que contrariam os interesses da gigante espanhola da telefonia no país.

A ação corre na 17ª Vara Federal do Distrito Federal e está prestes a ser julgada. O Cade já defendeu sua decisão em audiência com o juiz.

A **Folha** apurou que a Telefônica tentou, até junho, retardar o cumprimento das sentenças no próprio Cade. Não obteve sucesso e, por isso, foi à Justiça.

Uma delas impôs o pagamento de uma multa de R\$ 15 milhões à Telefônica pelo descumprimento do acordo assinado com o Cade em 2010. Por esse acordo, a Telefônica se comprometia em não modificar sua posição acionária na Telco, empresa que é a maior acionista da Telecom Italia, dona da TIM, a segunda maior no país.

Mas, em setembro de 2013, a Telefônica adquiriu 20% das ações dos outros sócios da Telco. Assim, passou de 46% para 66% e, indiretamente, subiu sua fatia na TIM de 7% para 10%.

Resultado: o Cade exigiu que a Telefônica desfizesse o negócio com as ações da Telco e aplicou a multa.

Na mesma sessão, o órgão julgou a compra, pela Telefônica, do controle da Vivo, em julho de 2010. Para assumir, o comando, a companhia espanhola pagou € 7,5 bilhões para a Portugal Telecom (PT) —que virou sócia da Oi.

Na análise do Cade, a presença dos portugueses na Vivo era uma garantia de competição entre a Vivo e a TIM.

Sem a PT na Vivo e com o descumprimento do acordo sobre a Telco, o Cade entendeu que havia desequilíbrio de mercado. Por isso, determinaram que a Telefônica buscasse um sócio na Vivo.

O Cade confirmou o caso. A Telefônica não comentou.

20 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Prisões de ativistas na Copa dividem especialistas

Legitimidade de detenções em SP
é questionada por grupo de juristas

Secretaria de Segurança do Estado afirma que há provas de crimes cometidos por ativistas presos na capital

As investigações para prender manifestantes desencadeadas pelas polícias civis do Rio e de São Paulo durante a Copa geraram um acalorado debate jurídico no país.

Há quem defenda as prisões com o argumento de que a violência dos protestos culminou em crimes ou prejuízos à população.

Mas também há juristas que veem nas estratégias policiais uma tentativa de desidratar manifestações legítimas. Por isso, os ativistas detidos poderiam ser considerados presos políticos.

Em São Paulo, estão detidos desde 23 de junho os manifestantes Fábio Hideki Harano, 27, e Rafael Marques Lusvarghi, 29, sob acusação de associação criminosa, porte ilegal de armas, incitação ao crime, entre outros delitos.

A Secretaria de Segurança Pública diz que são os primeiros black blocs — manifestantes que defendem a depredação do patrimônio público e privado — presos após manifestações na cidade.

No Rio, 17 ativistas foram presos e outros dois menores apreendidos no sábado retrasado (12), véspera da final da Copa do Mundo 2014.

A polícia apura crime de formação de quadrilha armada — segundo investigadores, alguns deles foram flagrados negociando artefatos explosivos em escutas telefônicas. Máscaras, explosivos e armas de fogo foram encontradas em casas de suspeitos.

No decorrer da semana, o Tribunal de Justiça do Rio determinou a soltura de todos. Na sexta, porém, a Justiça aceitou denúncia do Ministério Público e determinou de novo a prisão de 21 ativistas.

JURISTAS

Contrários às detenções em São Paulo, um grupo de pelo menos 90 juristas assinou um manifesto que questiona a legalidade das duas prisões feitas na capital.

“Não é possível tolerar a naturalização de práticas ilegais de repressão e criminalização de ativistas, em claro vilipêndio ao direito constitucional de se reunir e de se manifestar”, diz trecho do manifesto.

A discussão sobre a legitimidade das ações policiais

em relação às manifestações envolve diferentes tipos de liberdades previstas na Constituição Federal, apontam especialistas em direito ouvidos pela Folha.

O advogado e professor de direito constitucional da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo Pedro Estevam Serrano aponta que o emprego de prisões preventivas pela polícia contra manifestantes viola as liberdades de reunião e de expressão.

“O que ocorre é um desvio de poder pela polícia. Ela usa procedimentos previstos em lei, como as prisões preventivas, para desestimular o exercício do direito de reunião e de manifestação do pensamento protegidos pela Constituição”, diz Serrano.

O criminalista e ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos diz que as prisões de manifestantes não podem ter “caráter profilático” e as detenções devem ser analisadas caso a caso.

CONTINUA

20 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No Rio, inquérito levou 2h para virar processo

LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

CONTINUAÇÃO

“Precedentes perigosos podem ser abertos”, afirmou.

Já o advogado especializado em direito constitucional e professor emérito da Universidade Mackenzie Ives Gandra Martins considera que as prisões efetuadas possuem fundamento legal.

“A polícia não está violando a Constituição, está buscando proteger a sociedade. Um bando de mascarados não pode impedir as pessoas de andar pela cidade e realizar atividades como o transporte de doentes”, afirma.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo diz que as prisões são legítimas e que há provas de crimes cometidos pelos dois ativistas. Na semana passada, ambos foram denunciados pelo Ministério Público Estadual.

“As investigações são legais e realizadas sob o controle do Ministério Público e do Poder Judiciário que, em momento algum, se manifestaram contrariamente aos trabalhos de apuração”, diz a pasta. (GIBA BERGAMIM JR., FLÁVIO FERREIRA E LUCAS VETTORAZZO)

O inquérito que terminou com a denúncia de 23 manifestantes por formação de quadrilha armada no Rio levou dez meses para ser concluído, tem pelo menos duas mil páginas e demorou pouco menos de duas horas para virar processo criminal no Tribunal de Justiça do Rio.

Às 18h06 de sexta (18), a Polícia Civil confirmou à reportagem da **Folha** que havia enviado o inquérito finalizado ao Ministério Público. Exatamente uma hora depois, às 19h06, o MP divulgou nota informando que havia oferecido denúncia contra os ativistas. Vinte minutos depois, uma nota da Justiça do Rio ordenava a prisão preventiva de 21 dos 23 denunciados.

Agora réus, os ativistas vão responder por formação de quadrilha armada, crime previsto no artigo 288 do Código Penal [associação criminosa], com pena de um a três anos de prisão.

Ao longo da semana, o desembargador Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal do Rio, concedeu liberdade para todos os 17 dos ativistas maiores de idade presos no sábado (12), um dia antes da final da Copa do Mundo. Dois menores que tinham sido apreendidos também tiveram liberdade concedida.

A decisão do desembargador foi baseada no fato de que, em seu juízo, o juiz da primeira instância, Fábio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal, não havia fundamentado corretamente sua decisão quando decretou a prisão temporária. Procurado pela **Folha**, Itabaiana não quis falar.

Poucas horas depois do último habeas corpus, manifestantes sofreram mais um revés: a Justiça aceitou denúncia do MP, e os que haviam sido liberados tiveram novamente decretada a prisão, desta vez preventiva.

OPINIÃO PÚBLICA

Na sexta-feira à tarde, Darlan falou com a **Folha** e criticou a prática de se prender antes da condenação no país.

“Aqui no Brasil, prende-se e depois se vai ver se o camarada merece ou não ser preso, se há fundamentos ou não para a prisão. Isso é porque há uma opinião pública deturpada, que quer resolver tudo com prisão”, disse ele.

No habeas corpus impetrado em favor de Joseana Maria Araujo de Freitas, militante do movimento feminista e jornalista da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), o advogado Lucas Sada, do DDH (Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos), alega que o princípio de “presunção de inocência” estava sendo violado.

“Essa velocidade incrível com que a denúncia foi apresentada e recebida pela Justiça só reforça que há um movimento articulado entre os poderes de criminalização dos grupos”, disse Sada.

No sábado anterior à final da Copa, a Polícia Civil do Rio cumpriu 26 mandados de prisão temporária e dois de apreensão de menores.

20 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Governo de Minas fez aeroporto em terra de tio de Aécio

No final de seu mandato como governador do Estado, tucano gastou quase R\$ 14 milhões no empreendimento

Família do candidato do PSDB à Presidência da República é dona de uma fazenda que fica a 6 km do aeroporto

LUCAS FERRAZ

ENVIADO ESPECIAL A CLÁUDIO (MG)

O governo de Minas Gerais gastou quase R\$ 14 milhões para construir um aeroporto dentro de uma fazenda de um parente do senador tucano Aécio Neves, no fim do seu segundo mandato como governador do Estado.

Construído no município de Cláudio, a 150 km de Belo Horizonte, o aeroporto ficou pronto em outubro de 2010 e é administrado por familiares de Aécio, candidato do PSDB à Presidência.

A família de Múcio Guimarães Tolentino, 88, tio-avô do senador e ex-prefeito de Cláudio, guarda as chaves do portão do aeroporto. Para pousar ali, é preciso pedir autorização aos filhos de Múcio.

Segundo um deles, Fernando Tolentino, a pista recebe pelo menos um voo por semana, e seu primo Aécio Neves usa o aeroporto sempre que visita a cidade, onde o senador mantém seu refúgio predileto, a Fazenda da Mata, a 6 km do aeroporto.

Dono do terreno onde o aeroporto foi construído e da fazenda Santa Isabel, ao lado da pista, Múcio é irmão da avó de Aécio, Risoleta Tolentino Neves (1917-2003), que

foi casada por 47 anos com Tancredo Neves (1910-1985).

A pista tem 1 km e condições de receber aeronaves de pequeno e médio porte, com até 50 passageiros. O local não tem funcionários e sua operação é considerada irregular pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A agência federal informou à **Folha** que ainda não recebeu do governo estadual todos os documentos necessários para a homologação do aeroporto, procedimento exigido por lei para que ele seja aberto ao público.

Sem se identificar como jornalista, o repórter da **Folha** procurou a Prefeitura de Cláudio na última semana como uma pessoa interessada em usar o aeroporto da cidade.

O chefe de gabinete do prefeito, José Vicente de Barros, disse que Múcio Tolentino deveria ser procurado. "O aeroporto é do Estado, mas fica no terreno dele", afirmou. "É Múcio quem tem a chave."

Indicado por Barros, Fernando Tolentino logo se prontificou a abrir o portão do local. "Ele fica dentro da nossa fazenda", disse. "O aeroporto está no final do processo, mas, para todos os efeitos, ainda é nosso."

Indagado se seria necessário pagar pelo uso do espaço, Fernando respondeu: "Não, o trem é público, vai cobrar como?" Segundo ele, Aécio visita a fazenda da família em

Cláudio "seis ou sete vezes" por ano e vai sempre de avião.

Procurado posteriormente pela **Folha**, ele negou administrar o aeroporto: "Não tenho nada a ver com isso". Indagado sobre a frequência das visitas à cidade e o uso do aeroporto, Aécio não respondeu.

Com 30 mil habitantes, Cláudio é rodeada por fazendas. Economicamente, sua importância é modesta. A vizinha Divinópolis, a 50 km, já tinha aeroporto quando o de Cláudio foi construído.

A obra foi executada pelo Deop (Departamento de Obras Públicas do Estado) e fez parte de um programa lançado por Aécio para aumentar o número de aeroportos de pequeno e médio porte em Minas.

O governo do Estado desapropriou a área de Múcio Tolentino antes da licitação do aeroporto e até hoje eles discutem na Justiça a indenização. O Estado fez um depósito judicial de mais de R\$ 1 milhão pelo terreno, mas o tio de Aécio contesta o valor. Seu advogado, Leandro Gonçalves, não quis falar sobre o caso.

CONTINUA

20 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Antes de o aeroporto ser construído, havia no local uma pista de pouso mais simples, de terra. Ela foi construída em 1983, quando Tancredo era governador de Minas e Múcio era prefeito de Cláudio, terra natal de Risoleta.

Orçado em R\$ 13,5 milhões, o aeroporto foi feito pela construtora Vilasa, responsável por outros aeroportos incluídos no programa mineiro. O custo final da obra, somados aditivos feitos ao contrato original, foi de R\$ 13,9 milhões.

R\$ 13,9 milhões

É quanto custou a obra, aprovada pelo governo de Minas Gerais em dez.2008, na gestão Aécio Neves (PSDB)



Quem construiu

Vilasa Construtora Ltda, vencedora da licitação. Já construiu outros aeroportos em Diamantina e Patos de Minas, em MG



Obra

A construção começou em jan.2009 e foi concluída em out.2010. A pista tem capacidade para receber aviões de pequeno e médio porte. O aeroporto, que ainda não foi homologado pela Anac, só funciona durante o dia



21 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Aeroporto não beneficiou familiares, afirma Aécio

Candidato diz que não houve favorecimento porque área foi desapropriada

Terreno em que obra foi feita só poderá ser registrado em nome do Estado após pagamento de indenização a tio

O candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, disse em nota divulgada neste domingo (20) que não houve favorecimento a sua família na construção de um aeroporto pelo governo de Minas Gerais dentro da propriedade de um parente.

A **Folha** revelou no domingo que, no fim do segundo mandato de Aécio como governador de Minas Gerais, o Estado gastou quase R\$ 14 milhões para construir no município de Cláudio um aeroporto num terreno cujo dono é Múcio Guimarães Tolentino, tio-avô do candidato tucano e ex-prefeito da cidade.

Aécio usou seus perfis nas redes sociais para contestar a reportagem da **Folha**. "O aeroporto foi construído em área pertencente ao Estado, não havendo investimento público em área privada", afirmou o candidato tucano.

"Não houve nenhum tipo de favorecimento", disse. "Tanto que o antigo proprietário da área não concordou com a desapropriação e contesta suas bases na Justiça."

A área foi desapropriada pelo Estado antes da execução da obra, mas o tio de Aécio contesta na Justiça o valor proposto pelo governo para a indenização, que ainda não foi paga. Com a desapropriação, o Estado obteve a posse do terreno, mas ele só poderá ser registrado em nome do governo após o pagamento.

Aécio disse que o governo estadual entregou em julho de 2011 toda a documentação necessária para a homologação do aeroporto pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). "Assim como vários outros aeroportos no Estado; [o de Cláudio] aguarda a conclusão do processo", disse. Em maio deste ano, a Secretaria Nacional da Aviação Civil assinou convênio com o governo mineiro para que assumia a operação do aeroporto.

REPORTAGEM

Como a **Folha** mostrou neste domingo, os familiares de Aécio ficam com as chaves do portão do aeroporto e o administram na prática. Aécio não fez comentários sobre isso na nota que distribuiu neste domingo. Na semana passada, a assessoria da Anac informou à **Folha** que ainda não recebeu todos os docu-

mentos necessários para a homologação do aeroporto e que, por isso, o aeroporto opera de maneira irregular.

A ação de desapropriação do terreno onde está o aeroporto foi iniciada pelo governo mineiro em março de 2008. O Estado fez depósito judicial de R\$ 1 milhão para garantir o pagamento da indenização. Em maio deste ano, a Justiça nomeou um perito para avaliar o imóvel.

O chefe de gabinete da prefeitura da cidade, José Vicente de Barros, disse à **Folha** na semana passada que interessados em usar o aeroporto precisam pedir autorização à família de Múcio e indicou seu filho Fernando Tolentino, que é primo de Aécio, como responsável pelo aeroporto.

Neste domingo (20), a prefeitura de Cláudio enviou nota à **Folha** dizendo que as chaves do aeroporto ficam com a prefeitura, e não com a família de Múcio Tolentino.

CONTINUA

21 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Fernando afirmou que Aécio usa o aeroporto sempre que visita a cidade, onde sua família é proprietária da Fazenda da Mata. Indagado pela **Folha** sobre a frequência com que usa o aeroporto, Aécio não respondeu na semana passada. Ele não se manifestou sobre isso domingo.

Antes de o aeroporto ser construído, havia no local uma pista de pouso simples, de terra. Ela também foi construída pelo governo de Minas, em 1983, quando o Estado era governado por Tancredo Neves (1910-1985), avô de Aécio

'Não houve nenhum tipo de favorecimento'

A assessoria da campanha de Aécio Neves (PSDB) enviou à **Folha** a seguinte carta sobre a reportagem publicada no domingo (20) sobre o aeroporto de Cláudio (MG).

Com relação à reportagem "Governo de Minas fez aeroporto em terra de tio de Aécio", publicada na edição de ontem, a Coligação Muda Brasil lamenta os equívocos contidos no texto e esclarece:

1) Não foi feita nenhuma obra na fazenda de familiares. A área em que foi construído o aeroporto de Cláudio pertence ao Estado.

2) Em sua gestão como governador de Minas Gerais, Aécio Neves não construiu um novo aeroporto na cidade de Cláudio. Como parte do programa Pro-Aéreo, que garantiu investimentos nos aeroportos do Estado, o governo de Minas investiu na melhoria das condições da pista de pouso já existente no local. A pista fica em área pública, desapropriada antes da licitação das obras.

3) A documentação para homologação do aeroporto foi enviada à Anac em 22 de julho de 2011. Assim como vários outros aeroportos no Estado, aguarda a conclusão do processo. Em maio de 2014, foi assinado convênio entre a Secretaria Nacional da Aviação Civil e o governo de Minas para a operação do aeroporto.

4) Não houve nenhum tipo de favorecimento, como insinua a reportagem. Tanto que o antigo proprietário da área não concordou com a desapropriação e contesta suas bases na Justiça. Até hoje ele não recebeu nenhum centavo.

Todas as atitudes do governo de Minas Gerais referentes ao aeroporto de Cláudio se deram dentro da mais absoluta transparência e lisura.

Otávio Cabral, assessor de imprensa da Coligação Muda Brasil

21 JUL 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

FIANÇA NÃO É PROPINA

Dinheiro pago pra responder em liberdade serve pra quitar prejuízos e custas no processo

Giselle Ulbrich
giselle@tribunadoparana.com.br

Por desconhecimento, muitos criminosos presos em flagrante acreditam que o valor cobrado por delegados nas delegacias para colocá-los em liberdade trata-se de propina. O valor é na verdade fiança, para que a pessoa ganhe o direito de ficar livre enquanto responde o inquérito ou processo. Mas nem todos têm este direito e há várias regras para a aplicação da fiança. O pagamento do valor não exclui a possibilidade de a pessoa voltar para trás das grades, caso ela descumpra regras determinadas pelo juiz ou seja condenada. Por outro lado, se for absolvido, o acusado pode reaver integralmente o valor, com correção monetária.

Matheus Laiola, atualmente delegado adjunto do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), conta que já passou poucas e boas em delegacias do interior, com presos e seus familiares achando que pagavam propina em troca da liberdade. “É obrigação nossa esclarecer o que é a fiança. Mesmo assim, alguns não acreditavam muito no que eu estava falando e iam reclamar com o juiz”, contou o delegado.

O Código de Processo Penal (CPP) explica que o valor é cobrado do preso, nas primeiras horas da sua prisão, com pelo

menos três objetivos: pagar as custas do processo judicial (até sair a sentença), ressarcir possíveis danos às vítimas e forçar o suspeito a colaborar com o andamento do inquérito e, depois, do processo penal. O valor deve ser pago diretamente na delegacia ou cartório das varas criminais.

VALOR

Se o crime tem previsão de pena máxima de quatro anos (por exemplo furto, dano ao patrimônio, receptação etc.), a fiança é arbitrada pelo delegado e ela pode variar de um a 100 salários mínimos. Mas se for superior a quatro anos (homicídio simples, estelionato, roubo etc.), ela só pode ser arbitrada pelo juiz, que tem 48 horas para se manifestar após a prisão. Assim, ele pode determinar fiança entre 100 e 200 salários mínimos. Apesar da regra, tanto o delegado, quanto o juiz, ainda têm três possibilidades de mexer nestes valores: dispensar o pagamento da fiança (caso verifique-se que o preso não tem condições financeiras de bancá-la), reduzir o valor em até dois-terços, ou multiplicar o valor por mil.

O valor é determinado conforme as condições financeiras do preso, do dano causado à vítima, da gravidade e grau de violência empregados no crime, do risco desta pessoa voltar a cometer o mesmo crime, entre outros fatores.

Laiola exemplificou um caso que atendeu no início do ano, na Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas (DEDC). Ele prendeu cinco pessoas, que vendiam terrenos inexistentes em Itapoá (SC). Uma vítima foi lesada em cerca de R\$ 200 mil.

Assim, o juiz arbitrou fiança de 100 salários mínimos para cada preso. O valor arrecadado, maior que os R\$ 200 mil de prejuízo da vítima, no entender do juiz, era suficiente para, no final do processo, ressarcir a vítima e pagar as custas do processo.

Já quem for preso por dirigir embriagado, por exemplo, pode ter fiança pequena. Mas, caso atropеле e mate alguém no trânsito, essa fiança será muito maior. Conforme suas condições financeiras, o valor pode ir de R\$ 100 até R\$ 100 mil.

TÍTULOS E JÓIAS

Além de dinheiro, outros valores são aceitos como pagamento de fiança, como pedras, objetos ou metais preciosos; títulos da dívida pública (municipal, estadual ou federal) e hipotecas.

“Se a pessoa quiser dar um carro, tenho que aceitar”, analisou o delegado. Mas a maioria dos delegados e juizes prefere que seja em dinheiro, pois estes outros objetos e artifícios dependem de passar por avaliadores e, nem sempre, estes profissionais são encontrados com facilidade no mercado.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

21 JUL 2014

Tudo tem que ser registrado

Pelo fato do dinheiro da fiança ser recolhido diretamente na delegacia ou no cartório das varas criminais, conforme determina o Código de Processo Penal, muitas pessoas realmente ficam temerosas de que o dinheiro não vá para o destino correto. No entanto, o preso, ou seus familiares e advogados devem exigir

que o pagamento seja registrado num livro específico, numerado e rubricado, onde é anotado o pagamento e assinado pelo preso e pela autoridade policial. O cartorário tem a obrigação de produzir uma certidão, constando todos os dados do livro e anexar esta certidão no inquérito ou processo.

Mas esta certidão só terá validade se também for anexado o comprovante do depósito do dinheiro em conta judicial. O valor depositado fica atrelado ao CPF do preso e a informação (valor e número do CPF) deve constar no comprovante. A autoridade policial ou judicial tem até três dias para depositar o valor. (GU)

Inocentes são ressarcidos

Réus inocentados no fim do processo têm o direito de reaver integralmente o valor da fiança, corrigido monetariamente. No caso de réus condenados, mas que tenham pago valor superior ao necessário, podem reaver a diferença. Depois que forem descontadas as custas processuais, os danos à vítima e o valor da multa aplicada ao condenado, o saldo que sobrar pode ser retirado por quem pagou a fiança.

Mas assim como o réu tem o direito de reaver integral ou parcialmente o dinheiro, ele também poderá ter que pagar mais durante o processo. Isso se dá por alguns motivos. Um deles, por exemplo, é mudança da tipificação do crime. Uma pessoa que responde por lesão corporal seguida de morte, pode ter o crime alterado para homicídio simples, conforme investigações da polícia ou nova análise do juiz. Já que é considerado um crime mais "grave", com pena maior, o valor da fiança aumenta.

BENS

Outro caso é o de fianças pagas em joias, metais preciosos, tí-

tulos públicos, hipotecas etc. Caso estes bens tenham o valor depreciado no decorrer do processo, o juiz pode determinar o pagamento de valor extra, para que no fim do processo estes bens continuem a ter o mesmo valor de quando foram depositados. Nestes dois últimos casos, se a pessoa não pagar o valor extra, perde o direito de responder em liberdade e vai presa.

O dinheiro que não é devolvido ao réu, ou porque ele perdeu o direito de solicitá-lo, ou porque esqueceu de reavê-lo, é doado ao Fundo Penitenciário Nacional, que tem objetivo de financiar atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.

CONDIÇÕES

Geralmente, a fiança é concedida mediante algumas condições, chamadas pela lei de medidas cautelares: não sair de casa no período noturno, não fazer viagens longas sem informar o juiz, não se aproximar do local do crime ou da vítima, comparecer periodicamente em juízo, suspensão do trabalho e monitoramento eletrônico. (GU)

DIRETO PRA CADEIA

PARA ALGUNS CRIMES NÃO CABE FIANÇA

- ↳ Racismo
- ↳ Tortura
- ↳ Tráfico de Drogas
- ↳ Terrorismo
- ↳ Cometidos por grupos armados contra o Estado
- ↳ Crimes hediondos:
 - ↳ Homicídio doloso qualificado*
 - ↳ Latrocínio (roubo com morte)
 - ↳ Extorsão com resultado de morte
 - ↳ Extorsão mediante sequestro
 - ↳ Estupro
 - ↳ Estupro de vulnerável

- ↳ Epidemia com resultado de morte
- ↳ Falsificação
- ↳ Corrupção
- ↳ Adulteração ou alteração produtos terapêuticos ou medicinais
- ↳ Favorecimento à prostituição ou qualquer outra forma de exploração sexual de crianças e adolescentes ou vulneráveis
- ↳ Genocídio (extermínio de um determinado gênero de pessoas, como grupo étnico, religioso, político, etc)

* Homicídio culposo e homicídio doloso simples (sem qualificadoras) cabem fiança.

19 JUL 2014

IMPACTO PARANÁ A VOZ DO POVO

Auxílio-moradia 1

11-7-2014

Promotores e juizes que pregam a aplicabilidade da moral, da ética, da justiça estão nos ensinando a entender aquele velho ditado "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". O mais absurdo é que a lei que concede esse auxílio foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador. Isso para mim quer dizer que todos são farinha do mesmo saco.

José Luiz Bollicenha, engenheiro

* Extraído da Gazeta do Povo

Tem certas coisas que o povão não aceita mais calado.
Os tempos mudaram e, infelizmente, muita gente não se deu conta disso.

GENTE



Joaquim Barbosa, inconformado com algumas situações pessoais resolveu adiar sua aposentadoria. Contrariou quem o havia dado como fora do

STF e motivou-se para ainda fazer mais algumas coisinhas e tomar determinadas decisões que contrariam totalmente aqueles que já o davam como afastado da citada corte. Vai se mantendo como um figuração polêmico de nossa República.



Orlando Pessuti, sumiu do noticiário político depois que sofreu derrota na convenção do PMDB avalizando projeto de coligação do partido

com a reeleição de Beto Richa. Garantiu o emprego do filho no governo federal mas politicamente só irá ressuscitar se o governador garantir a sua reeleição.



Artagão de Matos Leão, atual presidente do Tribunal de Contas, tentando preservar a qualquer custo uma imagem que foi para o espaço depois

que se revelou o escândalo da propina em licitação no TC, episódio no qual se viu envolvido até o pescoço. Está torcendo agora para se aposentar antes que seja punido pelo STF por conta do situação em que viu seu nome colocado em destaque.

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

19 JUL 2014

PENA, MEU CANDIDATO SERIA RUBENS BUENO

A liberdade do homem consiste em poder expressar livremente o seu pensamento.

Tenho acompanhado a vida pública do Deputado Federal, Rubens Bueno. Sempre o admirei pela forma corajosa de seu comportamento.

Pelas suas mãos ingressei no PPS e por respeito às suas ideias e ao programa do seu partido tentei melhor aproximação.

Certa feita tive o meu nome lembrado,- (mas só lembrado em conversas com correligionários),- para disputar uma vaga ao Senado da República.

Os gastos, porém, excederiam às minhas possibilidades financeiras.

Melhor foi permanecer silente. Em política não se deve ir além do possível.

Sem dinheiro dificilmente consegue-se chegar a qualquer cargo eletivo. Bom será então trabalhar-se só com a consciência. Assim o melhor legado que se poderá deixar para os póstumos será a fortuna moral. JOSÉ AMÉRICO que foi uma espécie de braço direito de JOÃO PESSOA cunhou duas frases em favor do seu pensamento: a primeira, na defesa da sua dignidade ou da honra dos seus propósitos seria capaz de negar um copo de água, mas pela sua esperança construiria um açude. Ministro da Viação no Governo de Getúlio Vargas acrescentou "prometo tratar da coisa pública como se fosse minha sem nunca poder sê-lo".

Seguindo essa meta Rubens Bueno declarou-se por igual homem de "mãos limpas". Mas, homem sem fortuna, não conseguiu o suficiente, em espécie, para disputar o Governo do Paraná.

Levou o seu Partido a confirmar aliança. Conduziu a facção a que pertence, mas não conseguiu atrelar todos os seus membros ao escolhido. É que afinidade é como casamento, não se transfere, não se empresta e nem se permite que se acabe sem o corte de algumas arestas.

É muito difícil definir um homem. Às vezes, na luta pelo poder, os impulsos naturais revelam personalidades vulcânicas ou atrevidas e as quais, entretanto logo sucumbem porque nem sempre conseguem conquistar tudo o que de melhor desejaram.

A astúcia pode ser virtude no político, mas nem sempre consegue tornar-se sinônimo de conquista.

A aspiração pode conciliar adversários mas nem sempre se há-de saber até que ponto será bem recebida ou citada como exemplo. Alguém já disse que prestígio ou votos não são produtos de escambos. E é verdade.

Isso é o que se colhe da impressão do dia a dia e não se encontra nos discursos, pois, muitos não os escutam e outros preferem vê-los nas crônicas de jornais.

Rubens Bueno não perdeu o fôlego. É uma pessoa de bem e quem sabe se não poderá subir para, em face do obscurantismo político, indagar como nos versos de Carlos Drummond de Andrade: "e agora José? A festa acabou, a luz apagou e agora José?..."

21 JUL 2014

BEMPARANÁ

MP entra com ações de ressarcimento do escândalo dos Gafanhotos na Assembleia do Paraná

O Ministério Público do Paraná apresentou à Justiça uma série de ações que pede a devolução de recursos desviados da Assembleia Legislativa do Paraná no escândalo que ficou conhecido como esquema Gafanhoto. Depois de mais de 10 anos, os promotores começaram a propor as ações com o intuito de ressarcir os cofres públicos. Entre os alvos, estão alguns deputados e ex-parlamentares que passaram pelo Legislativo paranaense na década de 90. O ex-deputado Moyses Leônidas é um destes. Esta coluna apurou que o MP pede mais de R\$ 1 milhão em ressarcimento. O ex-deputado Tony Garcia é outro que terá de responder na Justiça. Os políticos envolvidos no esquema estão tendo os bens bloqueados por ordem da Justiça. O esquema Gafanhoto foi investigado, primeiramente, pela Polícia Federal. A apuração foi interrompida por manobras legais dos deputados. A estratégia dos defensores foi alegar que a atribuição da investigação era da Justiça Estadual e não da Federal. Depois de muita discussão nos tribunais, e alguns anos, a decisão foi pela competência da Justiça do Paraná. O esquema consistia no pagamento de salários de diversas pessoas numa única conta bancária – em quase todos os casos os titulares eram pessoas de confiança do deputado. Apurou-se que parte dos vencimentos era desviado. O MP não entrou com ações criminais e de improbidade administrativa porque os crimes prescreveram.

Recorre

Os advogados do senador Roberto Requião (PMDB), candidato ao governo do Paraná, de seu filho Maurício Tadeu de Mello e Silva (PMDB), candidato a deputado estadual, e da coligação "Paraná com Governo" entraram com recurso na Justiça para tentar reverter a condenação do pagamento de multas que somam R\$ 25 mil. Requião e a coligação foram condenados a pagar R\$ 10 mil cada e Maurício Requião R\$ 5 mil por propaganda eleitoral irregular. A decisão do juiz auxiliar Humberto Gonçalves Brito atende a representação imposta pela coligação "Paraná que Acredita", do governador Beto Richa (PSDB). A página na internet de Requião no Senado teria sido usada para divulgar a candidatura do ex-governador e a do filho a deputado estadual.